

COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL - SEL/ SERVIN		
PROCESSO	SQ/INCRA	NOME
2013-0249291-4	0008304400405-1	LUCIO SERPA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTD
2013-0290896-7	0004512400400-1	JHMO PROMOCOES E EVENTOS SIC LTDA
2016-0273268-6	0003805100426-1	GRAFICA EDITORA GUTEPLAN LTDA.
2017-0094521-8	002000500422-1	JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL IND COM PRD SAUDE LTDA
2016-0064706-1	0001305301234-1	SOCIEDADE DE INSTRUC E BENEFCOLEGIO STELLA MARIS
PROCESSO	SQ/INCRA	NOME
2016-0055308-3	0005608900146-1	MM INCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
2016-0214305-2	0006814600374-3	EMILIO RAMPAZZO
2017-0006297-9	0011533100402-1	EDSON DONIZETE DE OLIVEIRA
2017-0094673-7	0011115700218-1	JAIME SASTRE DE ANDRADE
2017-0094080-1	0005914900182-1	RO-MA INCORPORACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
2017-0082559-0	0013107100136-1	GUIRICEMA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A
2017-0034466-4	0006920502704-1	ROGERIO RODRIGUES TORTORO
2016-0271060-7	0006910600568-1	RUBEM AFONSO JANTSCH
2016-0185344-7	0005306900046-1	A.T.V. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
2016-0186870-3	0005811100027-1	ANTONIO CLEMENTE TORRES

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANÇA DE USO

SEGUR-2

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS-SEGUR-2

Pela presente, fica V.Sa. Intimado a Executar as Obras e Serviços relacionados , nos prazos fixados pelos Peritos no cronograma físico-financeiro que integra o L.T.S. referente a Edificação acima e aceitos por este Departamento, os quais se contarão a partir da data de publicação desta Intimação no D.O.C.. O não cumprimento desta Intimação pela Inexecução de cada Obra ou Serviço no termino do prazo parcial fixado no cronograma físico-financeiro, acarretará a não expedição do Documento Municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança bem como a aplicação da seguinte penalidade: Multa no valor constante do quadro IV anexo a Lei 9.433 de 01 de abril de 1982.

00220/SEL/SEGUR-2/2017-2015-0.220.157-3- FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS ASSOC EDUC LTDA -FMU; R AGOSTINHO RODRIGUES FILHO, 00201 - SAUDE; 360 DIAS.

00221/SEL/SEGUR-2/2017-2015-0.055.174-7- CONDOMINIO EDIFICIO MANHATTAN; R JARDIM IVONE, 00017 - VILA MARIANA; 180 DIAS.

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS-SEGUR-2

Pela presente, fica V.Sa. Intimado a Executar as Obras e Serviços relacionados , nos prazos fixados pelos Peritos no cronograma físico-financeiro que integra o L.T.S. referente a Edificação acima e aceitos por este Departamento, os quais se contarão a partir da data de publicação desta Intimação no D.O.C.. O não cumprimento desta Intimação pela Inexecução de cada Obra ou Serviço no termino do prazo parcial fixado no cronograma físico-financeiro, acarretará a não expedição do Documento Municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança bem como a aplicação da seguinte penalidade: Multa no valor constante do quadro IV anexo a Lei 9.433 de 01 de abril de 1982.

00223/SEL/SEGUR-2/2017-2014-0.297.184-9- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS; AV PAULISTA, 548 - BELA VISTA; 330 DIAS.

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS-CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE

PELA PRESENTE, FICA V.SA. INTIMADO A EXECUTAR AS OBRAS E SERVIÇOS RELACIONADOS ABAIXO, CONFORME LEI Nº 16.642/17, DE 09 DE MAIO DE 2017. O NÃO CUMPRIMENTO DESTA INTIMAÇÃO PARA OBRAS E/OU SERVIÇOS NO TÉRMINO DO PRAZO FIXADO, ACARRETERÁ NO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE E DEMAIS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO 57.776/17.

00222/SEL/SEGUR-2/2017-2017-0.119.279-5- NISSIN FOODS DO BRASIL LTDA; R ALVES GUIMARAES, 01297 - JARDIM AMERICA; 180 DIAS.

DEPARTAMENTO DE USO DO SOLO

COMUNIQUE-SE

2017-0.173.955-7-Meribaspe EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE S/A.

; LOCAL: Rua Gerivativa, s/nº eq Rua Pirajussara, 71, 87 e 95 e Des. Armando

Fairbanks, 32, Butantã, São Paulo, SP; ASSUNTO: Certidão de Transferência de Potencial Construtivo.

Comunicar aos interessados dos imóveis cedente e receptor:

1) Para a emissão de Extrato de Potencial Construtivo Transferido da Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência SMUL/DEUSO Nº 0122/17 e da Certidão de Potencial Construtivo Passível de Transferência SMUL/DEUSO 017/17, deverá ser registrado junto aos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis os valores referentes à transferência de potencial construtivo efetuada, de acordo com o § 2º do artigo 12 do Decreto nº 57.536/16:

- Imóvel cedente: na Matrícula N. 171.462, registrada no Livro Nº 2 do Registro Geral do 8º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo registrar o potencial construtivo cedido de 3.749,53m², ficando o imóvel com o potencial construtivo passível de transferência remanescente de: 3.749,53 – 3.749,53 = 0,00 m², nos termos do Extrato de Potencial Construtivo Transferido da Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência SMDU/DEUSO Nº 0122 a ser emitida conforme PA 2017-0.173.955-7.

- Imóvel receptor: na Matrícula N. 241.644, registrada no Livro Nº 2 do Registro Geral do 18º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo registrar o potencial construtivo recebido de 8.567,44m² por meio de Transferência de Potencial Construtivo nos termos da Certidão de Transferência de Potencial

Construtivo SMUL/DEUSO 017/17 a ser emitida conforme PA 2017-0.173.955-7.

2) Devolver a via original da Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência SMDU/DEUSO 0122A/17.

3) Apresentar ao DEUSO/SMUL vias originais ou cópias autenticadas das matrículas atualizadas dos imóveis receptor e cedente contendo as referidas averbações referentes à transferência de potencial construtivo efetuada.

4) A diferença de área construída computável pretendida no empreendimento deverá ser obtida através de Outorga Onerosa;

5) Os documentos solicitados deverão ser apresentados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da publicação deste D.O.C. O não atendimento do prazo estabelecido implicará na anulação das 3 (três) vias da Certidão e da respectiva Declaração de Saldo, no indeferimento do pedido e arquivamento do processo administrativo, conforme o disposto no artigo 13 do Decreto Nº 57.536, de 2016.

HABITAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMM

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

6ª GESTÃO

Data da Reunião: 10 de outubro de 2017

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos dez dias do mês de outubro do ano 2017, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) **Conselheiros (as) do Poder Público:** Gilmar Souza Santos (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marlene F. da Silva Miamoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urb. e Licenciamento); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Juliana Jacometto Marchi (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Fernando Arevallilo Llata (Cons. Poder Público/CDHU) e Fernando Augusto Marques Cera (Conselheiro Poder Público/CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares:** Mariza Dutra Alves (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia L. do Nascimento (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); Simone de Sousa Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de julho); Mônica Fátima Ziliani (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto da Zona Oeste); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mor. Moradia Região Sudeste); Maria dos Santos Almeida (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Ana Paula da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Edinalva S. Franco (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Péricles de O. Santos (Cons. Mov. Pop./Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Urânide Sacramento Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradia do Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Cons. Mov. Populares/Mov. Def. do Favelado Episcopal Belém); João B. da Costa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Def. e Orientação Cons. Contribuinte de SP); Verônica Kroll (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Rosalvo Salgueiro (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Silvana de Jesus Alves (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Cons. Movimentos Populares/IPAC) e Ana Maria Carneiro Próprio (Cons. Movimentos Populares/MAC). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Soc. Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Soc. Civil/APOIO); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/FAU-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Adelcke Rossetto Netto (Cons. Soc. Civil/PEABIRU) e Márcio Jeda Chéde (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP). **Ausentes os (as) Conselheiros (as):** Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Regina Helena Nader (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urbanismo e Licenciamento); Alex Sandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Camilla M. F. Oliveira (Conselheira Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Ricardo Luís Mellao (Conselheiro Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Vladimir Ávila (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/SF); Sebastião Marques Barbosa Júnior (Cons. Poder Público/Sec. Municipal da Fazenda); Cristiane Genofre Zabatiere (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Trab. e Empr.); Carlos M. Kiyomoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Trab. e Empreendedorismo); Luís Octavio da Silva (Conselheiro Poder Público/PROCENTRO); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheira Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Cons. Poder Público/CEF); Everaldo Manoel de Aguiar (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trab. Sem Terra Leste 1); José de Jesus F. Da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Cons. Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Adriana de Freitas Siqueira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Nestor Quintos de Oliveira (Cons. Mov. Populares/Assoc. de Mor. Parque Otero); Jenilda Silva Araújo (Cons. Mov. Pop./Mov. Def. Favelado Reg. Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Adriana da S. Oliveira (Cons. Mov. Pop./Assoc. de Def. e Orient. ao Cons. Cont. de SP); Maristete Aparecida de Souza (Cons. Mov. Populares/Fórum dos Mútiros de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Cons. Mov. Pop./Fórum dos Mútiros de SP); Rogevaldo R. Cesário (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Vicente Leme Filho (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Antônio Santiago Quintana (Cons. Movimentos Populares/MAC); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Soc. Civil/APEMEC); Paulo Emilio Buarque Ferreira (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Carina Mie Saito (Cons. Soc. Civil/ CTB-SP); Laísia Eleonora Marostica Sthoher (Cons. Soc. Civil/CUT-SP); Paula Fernanda Faria Rodrigues (Conselheira Soc. Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Cristina Boggi da Silva (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Reinaldo Martines Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Alfredo Vieira da Cunha (Cons. Soc. Civil/CREA-SP); Luciana de Oliveira Royer (Cons. Soc. Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Fabiana

Alves Rodrigues (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Celeste Maria Gama Melão (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamauchi (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Cons. Soc. Civil/SASP); Isadora Guerreiro (Cons. Soc. Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Cons. Soc. Civil/USINA). **Justificaram a ausência os (as) senhores (as):** Fernando Chucru (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Wellington Augusto Machado Sendas (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Carolina Rafaella Ferreira (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP) ; Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Cons. Soc. Civil/SASP) Ronaldo Cury de Capua (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP) e Maristela Alves Lima Honda (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP). **Presentes os (as) convidados (as):** Ana Maria Maluf Moussalli (CMH/SEHAB); Antônio Marsura (SEHAB-G); Analice Ito do Nascimento (SEHAB-G); Carolina Ferreira Ribal (SEHAB-G); Milena de Mayo Ginjo (SEHAB); Patrícia Gilmetti (SEHAB-Imprensa); Rogério Augusto Borges Feitosa (SEHAB-ATAJ); Reinaldo Iapequino (SEHAB/COHAB); Paula Santoro (FAU-USP) e Jocemar (CONEPE-MOP). Outras vinte e duas pessoas assinaram a lista de presença. **Pauta da reunião:** Apresentação da estrutura da Parceria Público Privada da Habitação no Município de São Paulo. O Sr. Gilmar dá início aos trabalhos. **Sr. Gilmar** - É um momento importante para a Secretaria Municipal de Habitação. É um momento importante para a Cidade de São Paulo. Agradeço os senhores e as senhoras terem atendido a nossa convocação porque, na verdade, nossa reunião estava marcada para o dia 26 de outubro, e nós, de forma extraordinária, pedimos esta reunião hoje, no dia 10 de outubro de 2017, para uma apresentação importante da estrutura da Parceria Público Privada da Habitação no Município de São Paulo. Antes de levarmos essa apresentação da PPP para a câmara municipal, na audiência pública, que deve ser legítima, para o debate com os vereadores da Cidade de São Paulo, tivemos a preocupação de discutirmos isso no CMH, até porque é o Conselho Pleno, que tem legitimidade e tudo que está sendo feito é para a melhoria na Cidade de São Paulo, para trabalharmos esse déficit habitacional. **Sr. Reinaldo** - Quero aqui colocar para os senhores qual é o estágio dos trabalhos que vão levar à implementação desse projeto da PPP. Sempre procuro fazer o alinhamento das coisas que estamos desenvolvendo com as metas, com os programas de metas, ou seja, com os instrumentos formais de ação da atividade pública na área de habitação. Então, na nossa meta de habitação, há vários programas e ações. A PPP está dentro de uma delas, está dentro da meta que trata da provisão de moradia e está junto também com aquele programa que vai tratar do Aluguel Social, que vem sendo discutido dentro da secretaria e aqui dentro do Conselho e dentro das atividades que já existem. Temos como meta, na última vez que estive presente aqui, que falamos da PPP, a meta de entrega da PPP são quatro mil unidades até o final da gestão. Por que falamos de meta de entrega? O programa é maior do que isso, mas, evidentemente, ele tem um processo de execução, um processo de desenvolvimento e, na prefeitura, mais do que no Estado, os colegiados são mais complexos e maiores. Então, procuramos seguir todo o ordenamento legal e institucional e toda uma liturgia que temos que perseguir dentro dos colegiados que há. Este é um deles. Mas temos a câmara municipal e outras áreas que vamos precisar ouvir; vamos precisar fazer uma audiência pública, uma consulta pública. Então, estamos procurando dar os passos muito seguros para que esse projeto tenha êxito. É muito importante dizer que a PPP não é o programa de habitação. É uma ação dentro dos demais programas, ou seja, ele complementa um leque de programas e ações da secretaria. E o Programa de PPP que procuramos desenvolver para o qual fomos chamados para contribuir, há uma equipe, vimos discutindo isso internamente, do ponto de vista técnico, ele tem esse caráter de complementaridade em relação aos demais programas. Ele não é um programa isolado. Rigorosamente, se fôssemos examinar, precisa fazer PPP? Não precisa. Mas, dentro do espectro dos problemas habitacionais que encontramos, nos vemos quase que na obrigação de desenvolver uma alternativa adicional, por várias razões. A primeira delas é a restrição orçamentária. E, mesmo nos tempos em que o orçamento não tinha tanta restrição, a capacidade de investimento público em habitação era pequena. Evidentemente, quando havia também a questão do Minha Casa Minha Vida mais resolvido, com mais recursos, com mais abundância, ainda sim faltava um elemento de complementar o que procuramos chamar de um menu de atuação ou um cardápio de atuação. Então, é nesse contexto que preciso colocar aos senhores que a PPP se insere, ou seja, ela vem para ser mais um programa dentro. É um instrumento poderoso, para podermos proporcionar uma oferta em uma escala maior do que normalmente operamos, porque isso delega uma série de atividades que estão nas áreas operacionais da SEHAB e COHAB hoje, que, se entregamos para um privado, ele consegue organizar um pouco melhor. Porque temos diversos empreendimentos, diversos programas, e as equipes são sempre as mesmas. Para começar um a acelerar o outro, tem que desacelerar um ou terminar outro programa, outra ação. Então, somos limitados pelos recursos que dispomos, não só financeiros e orçamentários, mas também materiais e humanos. Então, a PPP, quero deixar bastante claro que ela nasce nesse caráter complementar. Casa da Família é uma marca que foi criada e está colocada dentro do Plano de Metas. Tenho certeza de que muitos dos senhores já leram, mas, se forem lá, vão encontrar Casa da Família, provimento de habitação, habitação social e PPP está lá dentro. Então, essa é a marca da PPP de habitação social do Município de São Paulo que queremos desenvolver. É a Casa Paulista. Quero registrar aqui a presença do Presidente da COHAB, Edson Aparecido. Vejam que temos diversas atuações. A PPP é uma delas. Temos regularização, Locação Social, urbanização de favelas e o Minha Casa Minha Vida, que também é um carro forte dentro dos projetos, apesar das restrições que encontramos hoje. Então, o contexto da nossa apresentação é esse daí. Vou procurar ser bastante objetivo, para privilegiar um pouco as discussões e dúvidas que por ventura os senhores venham a apresentar. Tudo que fazemos, pelo menos o que me proponho a fazer, procuro contextualizar dentro do problema que temos que enfrentar. Segundo o Plano Municipal de Habitação que está proposto na câmara municipal, que agora tem uma determinação para uma retomada e acelerar as discussões dentro da edilidade lá, temos um número de déficit, e aqui só vou me ater ao chamado déficit quantitativo, que é o número de unidades que precisam ser ou repostas ou ser construídas novas. Esse é um número que encontramos no Plano Municipal. São 470 mil. E vou falar em ordem de grandeza. Não vou me ater aos quebrados. E 75% disso são para a Faixa de Renda de 1 a 6, ou de 0 a 6, como muitos preferem dizer. De 0 a 6 salários. E 25% disso também têm uma demanda reprimida no chamado HMP. Por que falamos de HMP e HIS? Porque o HMP, junto com o HIS, é o que compõe o que chamamos de espectro mesmo. HIS e HMP compõem o foco da política. O Minha Casa Minha Vida, sabemos que ataca fortemente o 0 a 3, que é o FAR, o FDS, na chamada Faixa 1 também. Na hora em que combinamos Faixa 1 e os HISs, temos certa discrepância em termos de categorizações e não vou me perder nisso agora. Mas, por exemplo, o três salários vai até R\$2.811. Se pegamos Faixa 1, vai até no máximo R\$1.800, R\$1.600. Então, há uma

concentração bastante forte do Minha Casa Minha Vida dentro da chamada Faixa 1, que é abaixo até do que temos na legislação municipal de HIS 1, que vai até três salários. Mas o contexto é sempre esse: temos em mente um número de 470 mil unidades para fazer, 350 mil para a população referida ao chamado HIS, à unidade chamada HIS. Aqui, essa bola mostra um pouco o recurso que temos do orçamento do município, como ele se distribui em tese, porque na execução, às vezes, acaba acontecendo de uma coisa andar mais depressa que a outra, mas, em tese, a distribuição é mais ou menos essa. Com esse dinheiro, mesmo que aplicássemos todos esses R\$585 milhões só na provisão de habitação, na construção de novas moradias, todo o esforço orçamentário do município seria capaz de produzir quatro mil unidades por ano. Então, quando olhamos isso e vamos para o déficit, para atender as 470 mil unidades, estimando um custo de R\$150 mil – esse é um número que apuramos, peguei Minha Casa Minha Vida, peguei COHAB, peguei Operação Urbana, e, fora o terreno, o custo de produção médio nosso é de R\$150 mil – iríamos precisar de R\$71 bilhões. E gastar 120 anos para atender o que precisamos hoje. Imaginando que não crescesse, teríamos necessidade de R\$71 bilhões para atender 470 mil, em 120 anos. Então, só daí extraímos o tamanho do nosso problema. Como eu disse, as metas formais que temos de execução e acompanhamento; todo o aparato legislativo, os órgãos de controle, têm nas metas o instrumento de acompanhamento da nossa execução. A Meta 26 é a que comporta as provisões de novas moradias e onde a PPP de habitação se encaixa. São quatro mil unidades que estão dentro da meta. Não significa que iremos fazer quatro mil. Para entregar quatro mil, temos que dar a partida em um conjunto bastante maior do que isso para as PPPs. O que estamos formulando? Já aprovamos dentro do Conselho Municipal de Desestatização, no município, por força de uma legislação que já existe, foi reformulada recentemente, levamos ao Conselho um programa para 34 mil unidades habitacionais. Então, o que aprovamos no programa são 34 mil. E vamos perseguir esse espectro de atendimento, essa distribuição de atendimento. São 60% de HIS 1 e HIS 2 quando tratamos de ZEIS. Quando é não ZEIS não temos essa exigência. Mas, nas áreas que andamos, e ainda não estão todas definidas, mas que já andamos examinando, há áreas que são não ZEIS. E, mesmo sendo não ZEIS, vamos colocar lá um percentual importante de HIS 1 e HIS 2. É por isso que nós, no programa, vamos perseguir e fazer no conjunto, seja ZEIS ou não ZEIS, pelo menos 60% de HIS 1 e HIS 2. Estamos colocando como elemento forte, para quem já acompanhou a PPP do Estado, o equipamento público é um elemento forte e o Presidente Edson e o Secretário Chucru já andaram conversando com o secretário de educação, secretário de saúde, secretário de desenvolvimento social, para que possamos, junto com os empreendimentos que vierem a ser construídos de habitação, incorporar equipamentos públicos. Equipamento público, estamos falando até, eventualmente, de uma melhora de equipamentos de estrutura de edificações para as prefeituras regionais, porque alguns dos terrenos que mapeamos são de prefeituras regionais. Então, a nossa PPP vai ter, além do que é o mandatório dela, que são serviços, é um percentual dos investimentos, da ordem de 20% do que investirmos em habitação, vamos investir em equipamento e em média também um percentual da ordem de 20% para fazer HMP. Só quero lembrar que o HMP vai até dez salários. Os estatutos da COHAB admitem que vamos além do que os dez salários. E aí preciso dizer que também temos um plano de fazer em áreas que eventualmente sejam da COHAB, que tenham sido adquiridas sem recursos do Fundo ou sem recursos do orçamento, porque são áreas antigas, que precisamos desenvolver. E não vamos esconder que talvez façamos alguns empreendimentos para uma classe maior, por exemplo, servidores públicos e tal, por uma razão muito simples. Queremos reativar a capacidade de investimentos da COHAB também, que o presidente e eu vimos conversando bastante disso, da necessidade de a COHAB voltar a ter um protagonismo nesse segmento, até porque os órgãos de controle também passam a cobrar mais fortemente uma atuação mais consistente da companhia. A PPP não consegue ser desenvolvida se não aglutinarmos, não é só a iniciativa privada, mas todos os segmentos: Sociedade Civil Organizada, Estado, União. Há diversas negociações do presidente com a União, de incorporararmos algumas áreas que venham da União para esse programa. Aqui vou passar bem rápido porque são conceitos, o que procuramos: requalificar espaços urbanos, ocupar áreas que estejam subutilizadas ou vazias, algumas coisas disso que falamos sempre, que é onde é que iremos fazer. Embora estamos colocando no programa, como eu disse, a PPP, considero um instrumento bastante poderoso para ser usado de modo trivial. Tem que ser usado para realmente fazer uma oferta importante e também resolver problemas antigos, crônicos. Queremos fazer algumas ações que resolvam problemas em grandes favelas de São Paulo, onde possamos, tudo conversado e discutido, com participação popular, bem feito, fazer uma reciclagem de alguns territórios que são áreas públicas e que enxergamos como um grande potencial de alavancar a produção de novas moradias e requalificar os espaços. Também temos uma preocupação com alguns setores da área ambiental da cidade, como a Cantareira, como os mananciais, e devemos colocar dentro do programa alguns focos de atuação nesses segmentos. Também é foco do Programa de PPP garantir as questões de mobilidade, procurar implantar quanto mais próximo possível dos eixos, das grandes artérias de transporte, das estações ferroviárias e de metrô, enfim, tudo dentro daquilo que já está colocado no Plano Diretor Estratégico das áreas de estruturação urbana. Sempre obedecendo as grandes diretrizes. Na época que fizemos a PPP de São Paulo, não existiam essas diretrizes dentro do Plano Diretor. Então, tivemos que escrever muitas coisas e colocar como diretriz do próprio edital. No nosso caso aqui, elas já estão dadas, já viraram realidade dentro do arcabouço legal do município. Então, vamos fazer os projetos evidentemente em obediência à lei que trata do PDE e da lei que trata do uso do solo, além do Código de Obras que também é recente. Também aqui há uma diferença em relação ao que fizemos, pelo menos, de início, no Estado, que foi fazer um projeto iniciando pela área central. Aqui não é que não vai existir. Temos algumas áreas para colocar na PPP, mas vamos buscar atuar mais nas bordas das cidades porque dentro do programa é intenção criar algumas novas centralidades. Muito se discute e vamos procurar trazer para a PPP essas questões de criar empregos em várias regiões da cidade, criar uma implantação que leve não só a ter apenas a moradia, mas também que segure um pouco essa população, que possa haver um deslocamento menor. E acreditamos que, fazendo isso de modo mais espalhado na cidade, o êxito é interessante. Até porque o Estado continuará fazendo junto com o município as suas PPPs dentro da Cidade de São Paulo. Está lá o Estado articulando algumas coisas que estamos junto com ele. Mas aqui, no nosso projeto inicial, estamos imaginando fazer várias atuações, em vários pontos da cidade, para criar essas novas centralidades, algumas maiores, algumas menores, fazendo essa atuação mais equilibrada dentro da cidade. Também podemos passar isso porque já disse que é um instrumento poderoso para auxiliar na oferta de unidades. Aqui um pouco das áreas que já andamos examinando. Examinamos áreas municipais, estaduais e

federais. Então, nas municipais, o potencial, claro que são estudos muito preliminares, mas temos o potencial de 11 mil unidades nas áreas municipais. Sendo ZEIS ou não ZEIS, coloríamos 68% de HIS nessas áreas, HIS 1 e HIS 2. Nas áreas estaduais, temos uma potencial para 12 mil unidades mais ou menos. Nas federais, 6,700 aproximadamente. E nas privadas, fizemos um mapeamento específico em uma das áreas ambientais, a que me referi, que lá existiriam áreas possíveis de serem providas para fazer cerca de 4 mil unidades pelo menos para começar um programa. Evidentemente, temos sempre a atuação da COHAB e da SEHAB nas desapropriações, enfim, na hora de desenvolvermos cada um dos focos efetivamente, podemos ampliar esse número de atuação em áreas privadas. Por hora, buscamos fazer um mapeamento em cima das áreas públicas subutilizadas, não utilizadas, vazias, enfim. Esse é um mapeamento preliminar que fizemos para poder conformar um programa. E é daí que nasce o número das 34 mil, que é um potencial. Pode ser um pouco mais ou pode ser um pouco menos. Qualquer coisa na ordem de 34 mil unidades é o mínimo que vamos começar com o programa. Então, vamos, para cada foco, onde for área simplesmente livre, é uma operação. Então, não vamos ter uma PPP. Poderemos vir a ter várias ou por focos de área ambiental, favela, urbanização de favelas, área livre. Vamos procurar fazer vários editais ao longo da gestão. Aqui é só um mapeamento para dizer, por exemplo, nas áreas municipais, apenas 22% delas são ZEIS e nem por isso vamos deixar de implantar HIS. Nas áreas estaduais, a grande proporção é de ZEIS. Nas áreas federais, há quase que totalidade. E nas áreas privadas que olhamos são totalmente em ZEIS; são áreas efetivamente ocupadas, que estamos olhando esse foco ambiental. Então, nas áreas fora de ZEIS, conseguimos colocar de HIS 1 mais 18%. São quase 7 mil unidades dentro do conjunto das 34 mil. É apenas um recorte teórico disso aí. Evidentemente, na hora de desenvolvermos efetivamente cada um dos focos, vamos precisar isso dentro dos editais. O conceito também não é um conceito de puramente construir predinhos de habitação. O próprio Plano Diretor determina que sigamos alguns regramentos e na PPP vamos obedecer fielmente. Vamos ter equipamento público, vamos ter HIS 1, HIS 2, HMP e outros usos de comércio, serviços e tal, e procurando sempre também criar espaços agradáveis ai. Esse é o complexo. Na época em que estávamos no Estado, falava-se muito em tese. Hoje podemos falar muito mais concretamente. Quem está acompanhando a PPP do Estado está vendo naquele terreno da antiga rodoviária qual o tipo de projeto. É claro que nem tudo será idêntico, mas o conceito que se coloca é aquele: é uma mistura de usos que iremos fazer e de rendas que iremos fazer também para que tenha uma dinâmica econômica importante e tenha, essencialmente, uma sustentabilidade no empreendimento e que haja as emancipações e que o Estado ou o Poder Público, em um horizonte após a concessão, porque estamos falando em fazer PPP que dure pelo menos a parte de manutenção e do contrato vinte anos e, após isso, tenha uma sustentabilidade. É claro que essas figuras que estou mostrando são meramente ilustrativas. Ninguém vai fazer um caixote assim. Isso é só para ilustrar o potencial porque fizemos um desenho em cima do que é possível construir. Tomem isso por favor como mero exemplo. Ao longo queremos chegar proximamente, além da citação do projeto do Estado, esse é um projeto previsto para ser implantado e não é um desenho apenas. Esse projeto ainda não aconteceu, mas estamos tratando dentro da Operação Urbana Água Branca, que já tem lá toda uma definição dada pela lei, uma negociação antiga, já há pessoas na fila esperando há quase doze anos, pelo menos, dez anos, que são duas favelas que foram retiradas dessa região. Então, tomamos esse modelo de projeto como um paradigma porque ele nasceu de um concurso público feito pela SP Urbanismo e encontramos nesse projeto, nesse modelo, todo o conjunto de coisas que imaginamos ser adequado para os projetos que venham a ser implantados por meio da PPP. Então, isso aqui, embora seja um desenho, é um desenho de um projeto efetivo que estamos tratando de fazer ainda talvez este ano a abertura de uma licitação ou início dessa execução, no caso da Operação Urbana Água Branca. Então, queremos chegar a resultados semelhantes a esse em termos de ocupação urbana. Esse slide serve para ilustrar hoje o que temos quando fazemos uma licitação pela 8666. O que é na cor meio marrom temos aquilo que é da atividade pública e na outra cor mais escura o que é da atividade privada. Sendo que, por exemplo, temos no objeto, no caso da operação da 8666, tenho que fazer uma obra pública e para cada coisa que tenho dentro da obra, por exemplo, vou fazer um projeto, tenho que fazer uma licitação; vou fazer um estudo ambiental, tenho que fazer uma licitação ou ponho dentro de um contrato qualquer, por exemplo, de uma ata de serviços públicos. Então, às vezes, para fazermos um empreendimento pela 8666, tenho diversos contratos até chegar a um ponto de dar início à obra. E aquilo que é mais forte dentro do projeto também é privado porque se faz uma licitação. Ninguém contrata pedreiro na COHAB. A execução é feita por uma empresa privada que recebe um projeto, muitas vezes, um projeto básico, na licitação. Muitas vezes uma das primeiras coisas que a empresa faz é discutir o básico. Diz que seu básico está errado e que precisa de um aditamento. Não anda seis meses a obra sem haver uma discussão de um aditamento. Mas não é para isso que estou colocando esse slide aqui. Esse slide é para mostrar que há algumas coisas que vamos colocar no contrato da PPP que, na realidade, ou o Poder Público não realiza ou realiza muito precariamente. E em um contrato de PPP obrigamos que ele execute, porque todo contrato tem lá suas especificações e tem lá uma cláusula de desempenho que, se ele não cumprir, ele não recebe a contraprestação dele. Mas o que é forte desse slide aí não é talvez tanto isso; é dizer que a PPP é apenas uma forma diferente de contratação. Faço uma licitação pela 8666, é uma forma de contratação. A Lei Federal nº 11.079 é da mesma hierarquia jurídica da 8666. E é apenas uma nova forma, uma forma diferente, que permite colocarmos vários elementos dentro de um só contrato. E é muito rigorosa, na verdade, a execução desse contrato; obriga uma fiscalização muito mais efetiva e torna o poder concedente, no caso o Poder Público (o poder concedente aqui pode ser tanto representado tanto pela SEHAB quanto pela COHAB, pela legislação municipal que temos aí). Então, é muito forte a exigência de fiscalização sobre um contrato de PPP. Esse slide, fizemos para procurar mostrar qual é a natureza de trabalho que desenvolve. Vejam que parece que o Público faz bastante coisa, investimento inicial, e é verdade. Faz. Fiscalização também faz. Riscos, assume todos. No caso da PPP, compartilhamos. Que riscos compartilhamos no caso da PPP? Há um risco que é o seguinte: o privado coloca o dinheiro dele na frente e ele quer uma garantia. Então, temos que fazer um balanceamento de risco. Ele precisa saber se o Poder Público, o poder concedente, vai ter recursos, vai colocar no orçamento os recursos. Então, é uma regra de compartilhamento. Os serviços (e essa é uma perspectiva minha), o que temos de mais pobre no segmento de contratação de obra pública pela 8666 é o serviço. É precário. Precisa de dinheiro, de recurso, depende de orçamento, depende de uma série de outras coisas. No caso da PPP, isso já está atualizado e está precificado, que é uma palavra que os financistas gostam de usar. Já está no preço do contrato e cabe ao Poder Público exigir e especificar quais são os trabalhos que serão desenvol-

vidos. E isso é feito no momento em que é lançado o edital de licitação. Então, no estágio atual, já passamos pelo crivo do Conselho Municipal de Desestatização e Parceria e também passamos pelo crivo da Secretaria de Fazenda do Município, que já fez uma análise do impacto fiscal da nossa operação e foi considerado bastante razoável. No caso, o impacto foi examinado para o programa todo, para as 34 mil. A PPP, a legislação federal coloca um limite de 5% sobre a receita líquida municipal, que pode ser comprometida com contrato de PPP, com a somatória de todos os contratos, de habitação, de saúde, de transporte, o que existir. Não pode gastar mais do que 5% por ano da receita líquida. A receita líquida hoje do município, só para os senhores fazerem uma continha rápida, R\$46 bilhões. Portanto, temos um limite de R\$2 bilhões por ano para gastar, R\$2.3 bilhões por ano, para gastar com todas as PPPs do município. O nosso, como vamos ver mais adiante, nenhum investimento não chega a tanto, que é esse mapa. O retângulo inteiro seria o limite. Aqui são os vários anos. Nessa cor mais clara, amarela, seriam os investimentos. Vejam que nos investimentos, que no caso são inteiramente privados, não atingimos o limite. O vermelho mais escuro embaixo é justamente a nossa contraprestação. Então, vejam que do limite usamos muito pouco. E esse quadro também dá uma ideia bastante interessante do que ocorre. Como não tenho dinheiro para investir o amarelo que, se fosse fazer diretamente, teria que investir o amarelo em quatro, cinco, seis anos, atribuo isso, no caso da PPP, ao privado e ele é quem vai buscar capital para fazer esse investimento. E só a partir do momento em que o privado nos disponibiliza as unidades habitacionais e lá colocamos as famílias é que ele começa a receber. E não antes. A legislação até permite alguns casos, por exemplo, bens reversíveis. Se vai fazer um equipamento público, eu poderia, se tivesse recursos para isso, poderia fazer, dentro da PPP, os aportes no cronograma da execução daquilo que é público. Uma infraestrutura pública, abrir uma nova avenida, algumas coisas do tipo. E eu poderia colocar isso como aporte durante o contrato de PPP. Se tiver dinheiro, é bom que faça, porque esses itens não comportam mais do que 20%, 25%, porque barateiam um pouco mais a contraprestação. Mas, como temos o Estado, a União, os municípios em geral, e no nosso não é diferente, não temos esse recurso. Então, vamos buscar o financiamento inteiramente no privado e aí vamos pagar ao longo de vinte anos, vinte e cinco anos. No caso da proposta que estamos fazendo, e que foi aprovada no Conselho, é termos uma PPP de vinte anos. Então, as empresas teriam de cinco a seis anos para construir e, depois de catorze, quinze anos, para receber de volta o seu investimento. Uma parte disso, recebem como financiamento, por parte das famílias, que fariamos o financiamento no agente financeiro. No caso hoje o agente financeiro preferencial é a Caixa Econômica Federal, mas não está amarrado nisso. É o privado quem vai desenvolver a busca para captar os recursos para isso. Colocamos que sempre a referência de financiamento é o paradigma do fundo de garantia, dos custos de financiamento e de transação do fundo de garantia. Aqui só para mostrar um pouco os investimentos e paramos por aí e terminamos a apresentação. Fizemos um cálculo de R\$194 mil por unidade habitacional, incluindo os equipamentos públicos. Os cálculos que temos, e aí recorri um pouco às equipes técnicas da COHAB para me ajudarem a fazer as estimativas, teríamos de infraestrutura cerca de R\$13 mil por unidade, de equipamentos públicos cerca de R\$30 mil e da habitação R\$151 mil. Há casos do próprio Minha Casa Minha Vida que o valor só da unidade é maior do que os R\$151 mil. E aí só o rebatimento para as 34 mil, que estamos falando aqui em habitação de R\$5 bilhões, para um investimento completo de R\$6 bilhões. Coisa que não teríamos como fazer via orçamento público se não fosse a PPP. Só para dar esse panorama geral. E, para encerrar, estamos em uma fase, vimos estudando e agora estamos em uma fase de debate da PPP. O programa não está completamente conformado e agora vamos para todas as instâncias colegiadas para fazer esse debate. Começamos por aqui, como bem disse nosso Adjunto e Presidente da sessão, desse Colegiado, nosso querido Gilmar. Ficamos à disposição para o que for. **Sr. Edson** - Estamos iniciando publicamente o debate da questão da Parceria Público Privada, da PPP. Já percorremos um primeiro caminho, que foi essa elaboração que aqui o Reinaldo inicialmente expôs. O Reinaldo foi quem elaborou a PPP do Estado, que hoje está se transformando em uma realidade na Região da Luz. Já estivemos com o Ministro das Cidades, iniciamos conversas com o Bruno Araújo, com a Caixa Econômica Federal. Já tivemos uma primeira sessão na câmara municipal. Hoje estivemos no Tribunal de Contas do Município. E agora, formalmente, estamos iniciando esse debate no Conselho Municipal de Habitação. O que nos moveu a estruturar esse programa foi um pouco do que está naqueles slides que o Reinaldo colocou no começo que, se dependêssemos exclusivamente dos programas que hoje aí estão de financiamento de Habitação de Interesse Social, perderíamos para atender essa demanda um prazo inimaginável, que os senhores aí viram. Então, era fundamental que SEHAB e COHAB pudessem estruturar programas de fomento à construção habitacional, que não será só a PPP; vamos avançar e dar uma escala mais representativa ao Programa de Locação Social. Mas, no caso da PPP, é uma estrutura de uma operação financeira que nos permite que nesse primeiro momento quem coloca recursos em toda essa estruturação é o setor privado e permite que, com os poucos recursos que temos para o investimento na área de habitação, possamos fazer em uma quantidade muito menos expressiva e espaçada ao longo do tempo, que pretendemos ser de vinte a vinte e cinco anos exatamente a estrutura financeira da PPP. Pensamos em fazer algo diferente da experiência que teve o Estado. O Estado fez um projeto que se concentrou na área central da cidade. Também vamos ter lotes na PPP que vão se concentrar na área central da cidade, mas a ideia nossa foi exatamente colocar em um espaço geográfico regional, sobretudo em função de demandas históricas que o movimento de habitação tem na cidade, em algumas regiões, não só nas mais afastadas, mas no próprio centro expandido. Então, a característica que vamos dar é de um atendimento muito mais regionalizado, em função de demandas enormes que temos na cidade. E com que caráter? Não só de recuperação urbana, mas também de recuperação ambiental. Pretendemos fazer um lote específico na Região da Cantareira, para tentarmos atender um pouco o avanço enorme que está ocorrendo na ocupação daquela região da cidade. Ali possivelmente será um dos lotes da PPP. Outra coisa importante é que, diferente do que foi a PPP do Estado, a ideia nossa é que possamos agregar serviços públicos na estrutura financeira da PPP e evidentemente na construção dos equipamentos, com construção de creches, com construção de Poupatempo, com construção eventualmente de escolas. Em algumas áreas que levantamos, áreas de prefeituras regionais, que se dispõem na cidade, inclusive, colocar instalação de prefeituras regionais e em cima colocar a construção de habitação. A ideia é que possamos partir para outro patamar e não só construir as unidades, os conjuntos, de maneira isolada de um pequeno centro comercial, de um atendimento social de creche, de escola, de Poupatempo, enfim. É um formato novo que estamos propondo exatamente nessa estrutura. Pretendemos também, como o Reinaldo colocou, possibilitar que os movimentos de moradia, os movimentos sociais, que estejam nos chamamen-

tos da COHAB ou já tenham projetos definidos com a área de SEHAB e COHAB, possam, eventualmente, por uma decisão do movimento, migrarem para a PPP. Todos sabemos a dificuldade enorme que temos no atendimento. A demanda que o Ministério das Cidades, que a Caixa Econômica têm do país inteiro é brutal! Se para nós aqui, que atendemos a demanda de São Paulo, levaríamos, consumindo o nosso orçamento da prefeitura, 121 anos para atender à demanda de hoje, imaginem quantos anos a União precisaria para atender à demanda nacional. É inimaginável! Portanto, o que pretendemos fazer é exatamente ter outra alternativa de financiamento, de fomento à habitação na cidade, permitindo também que os movimentos que já tenham os seus programas estruturados, que estejam eventualmente em um chamamento da COHAB, se quiserem, migrem para dentro da PPP, porque evidentemente a possibilidade do atendimento será seguramente, se tudo der certo, se Deus quiser, em um prazo muito mais exíguo do que eventualmente entramos naquela fila que alguns aqui já estão há década esperando. Então, nós, como disse o Reinaldo, estamos iniciando esse debate. Isso tem que ser aperfeiçoado para depois podermos inclusive levar o projeto específico à Câmara Municipal de São Paulo, mas não há a menor sombra de dúvida que por conta, e os senhores sabem disso muito melhor do que nós, por conta da demanda, por conta da necessidade, vamos procurar exatamente imprimir um ritmo para que isso saia do papel o mais rápido possível. Uma área de atendimento que também vamos buscar na PPP é atender as famílias que estão no Auxílio Aluguel, famílias que estão há muitos anos no Auxílio Aluguel; vamos procurar atender essas famílias, porque, evidentemente, não só atendemos uma fila antiga, mas isso também de um lado minimiza o impacto que o Auxílio Aluguel tem hoje no orçamento da prefeitura de R\$154 milhões por ano. E evidentemente não podemos manter eternamente as pessoas dentro do Auxílio Aluguel. Definitivamente, precisamos avançar no sentido de oferecer a oportunidade real do acesso à moradia. Quero ressaltar que o Secretário, o Fernando Chucro, o Gilmar, o lapequino, toda a estrutura da COHAB, onde elaboramos a proposta, estamos iniciando esse debate para enviarmos para a câmara municipal o mais rapidamente possível o projeto de lei específico, embora o município já tenha uma lei de PPPs, mas vamos mandar uma lei específica tratando da questão da PPP da Habitação. **Sr. Gilmar** - Estamos fazendo as anotações taquigráficas para que tanto a equipe de COHAB quanto a de SEHAB recebam as contribuições dos conselheiros e conselheiras. **Sra. Verônica** -Nessa questão da escrita da PPP, onde entrariam os movimentos sociais? Quais as demandas que os movimentos vão ter? Ou vamos só passar na porta daquele prédio bonito, desenhado lá e não vamos ter demanda alguma? Como é que vai ficar isso? Quando eu disse ao senhor, Gilmar, que tínhamos que debater no Conselho, com os movimentos, é exatamente isso: vai sobrar uma fatia do bolo para os movimentos ou isso é só Poder Público, iniciativa privada, e não tem nada? Se vai, qual é a forma que vamos entrar dentro bolo, se vamos ser um fermento, se vamos ser só a forma para colocar no forno para assar. Como vai ser o negócio? Isso, queremos entender primeiro, Gilmar, e, a partir daí, acho que cada movimento irá trazer sua contribuição. **Sra. Ana Procópio** - Venho falando há um tempo também sobre a distribuição das demandas. E como será distribuído pelas regiões. Estive em umas audiências públicas e eu disse: por que não é tanto para Campo Limpo, tanto para M'Boi? Como serão distribuídas essas demandas para atender os movimentos sociais? Quem mora no Jd. São Luís, quem vai pegar, quais os movimentos que estão ali, naquela região, como será distribuído para as famílias? E gostaria, Gilmar, Edson, dando uma ideia, na questão da regularização, essa regularização ajudaria muito a trazer o recurso para cá. Na Zona Sul há muito loteamento irregular. E essas famílias me dizem: "Ana, nós queremos pagar, queremos ter nosso direito, queremos ter o endereço também, e não temos". É onde as correspondências acabam caindo em um endereço só. E eles dizem: "Ana, há quanto tempo estamos aqui, cinquenta anos, e não temos endereço, que paguemos cinquenta, setenta, oitenta reais, cem reais". Mas, de cem em cem, vai juntando esse dinheiro, vai trazendo para o município, para ele poder andar e avançar, porque sabemos da situação que está. Então, vejo isso: há muita coisa para fazer. E ajudar os movimentos, porque os movimentos que estão naquele local sabem da situação das famílias, sabem quais as condições que vivem. E esperamos que ganhem um pedacinho desse bolo também. **Sra. Mariza** - O lapequino disse que não é um programa, mas uma ação do programa complementar. E estamos acompanhando alguns casos de famílias que foram para as PPPs do Estado, mas não estão conseguindo pagar. Estamos muito preocupados. Se queremos terminar o déficit habitacional, queremos diminuir e nós, do movimento popular, somos do movimento propositivo, o senhor disse que esse programa é poderoso. Poderoso para quem? Como vão ficar os movimentos sociais. Como acompanhamos nossas famílias, como elas vão pagar esse valor? Elas não vão conseguir! Porque nossa realidade é outra: 100% da nossa demanda é de outra realidade. Ficaram algumas dúvidas para mim, a questão do valor da unidade, quantos metros quadrados. O movimento constrói moradia com qualidade, constrói moradia muito maior. Como proposta, o senhor está trazendo essa discussão aqui e acho que, antes de sair até para a câmara, acho que para nós ainda, conselheiros, acho que temos que ter mais esclarecimentos. Temos muitas dúvidas. E é uma ação de programa que vai mexer com a vida de nossas famílias e muito. Isso se nossas famílias conseguirem ir para esse programa. Até porque ir, tudo bem. Mas como vão se manter? Sabemos que pelo Estado está muito cara a prestação. E aí vai virar uma bola de neve. Se vão ter parceria com os movimentos, sabemos que a maioria das nossas famílias não vai conseguir morar. Elas vão voltar a morar nas favelas, morar de favor, e vai virar uma bola de neve e não vamos conseguir diminuir o déficit habitacional. **Sr. Marco Antônio** - Qual é o prazo médio para início de uma obra após a publicação do protocolo de intenção da execução de uma PPP? **Sra. Urânide** - Sou suplente do Sr. Nestor, mas ele se encontra, infelizmente, adoentado, e me contemplei bastante na fala da companheira Verônica e principalmente na da Mariza. Mas ainda tenho dois pontos importantes para colocar, Gilmar. Primeiro é a convocação desta reunião extraordinária, com uma pauta sem o material para nos aprofundarmos, para estarmos aqui, nessa discussão. A segunda coisa é: todo conselheiro aqui não veio por si só. Ele veio porque ele foi votado e indicado por milhões de famílias. Então, estamos aqui fazendo essa representação e não estou aqui me representando. Estou representando todas as famílias que são filiadas à União de Moradia, correto? Então, trata-se de uma pauta tão importante. Dentro dessa apresentação, sabemos que existe uma privatização da nossa cidade, e não temos a oportunidade de levar isso para discutir dentro dos movimentos, com nossas famílias, que são as maiores interessadas, como a Mariza colocou. São as maiores. Se é contribuição que temos que colocar aqui, acho que tem que passar por essas famílias. **Sr. Gilmar** - Como foi, Urânide, uma convocação extraordinária, e ainda o projeto não está totalmente pronto, não foi por falta de transparência. Não temos esse problema. A transparência está em primeiro lugar. Então, a senhora fique tranquila com relação à legalidade, à transpa-

rência. Teremos o cuidado de mandar para os senhores todo o material. Mas, como estamos pegando as contribuições dos senhores e das senhoras, precisamos melhorar o projeto para apresentar, mas não foi por falta de transparência. **Sr. João Bosco** - Queria reter a colocação da colega Verônica: onde entramos como parceiros? Se é uma PPP, será que somos parceiros? Onde entramos? E outra coisa: no meu movimento temos vários funcionários tanto do Estado quanto da prefeitura, e me recordo de que na década de 80 o IPREM foi um agente financeiro de habitação importantíssimo da cidade. Foi feito esse contato? **Sr. Jocemar** - Reinaldo, parece que a apresentação está muito boa. Estava observando ali que não estou enquadrado no extremo da cidade, Cidade Ademar, Distrito Pedreira, Campo Limpo, Capão Redondo, Parelheiros. Parece que já foi feito inicialmente para não atender aquele público. Estamos sofrendo lá. Nada contra a Cantareira, mas temos um braço da Billings e da Guarapiranga que está todo "cagado", com a licença da palavra, já de gestões anteriores, e os senhores estão aí, na máquina, para melhorar. Temos um residencial sendo feito dentro da represa, Residencial Espanha, temos a Represa Billings, mais de 120 mil residências no entorno precisando ser regularizadas, ter a reurbanização, a água de qualidade, o tratamento, o saneamento. Com certeza, não está sendo executado nada disso. O projeto é muito bom. Nós nos vemos dentro dele na distância. Precisamos aproximar a fome com a vontade de comer. Precisamos juntar o particular, que tem interesse pelo terreno, que é para poder a obra atender às demandas todas. Gostei de uma coisa interessante, que está lá Faixa 1; os governos estão jogando para lá e para cá a Faixa 1, aquele pobre lá que ganha só um salário mínimo. Ele é ser humano, tem nome limpo, quer moradia, e ninguém está incluindo ele. São as entidades? Cabe só às entidades? Gostaria de poder dizer firmemente que temos o Poder Público e a Secretaria de Habitação como parceiros. Mas, Gilmar, só lamento. Não tenho como lhe falar isso. A sua equipe, a equipe do secretário, não está nos ajudando. Tive há mais ou menos um mês, dois meses, uma visita técnica, nosso amigo estava presente, entre outros, na comunidade, mas não se avança. Não se continua. Ainda continuam com a mesma mania: "estou no poder, estou na caneta" e não se resolve de fato. Somos parceiros desse governo, ajudamos a construí-lo. Antes de ele ser eleito, ajudamos a elaborar o plano de governo. Mais sinceridade do que essa? Precisamos sair da zona da intenção para ir para a zona da ação. Temos vários processos de reintegração de posse pipocando na cidade, do Estado, da EMAE, do particular. Temos muitos problemas. Estamos procurando encontrar alguém dentro da secretaria que nos ouça e resolva de fato e só estamos encontrando sabonetes 1, 2 e 3. Queremos trabalhar em parceria. Muito obrigado e estou à disposição. **Sr. Gilmar** - Jocemar, não sei a dificuldade que o senhor está encontrando em conversar na Secretaria Municipal de Habitação e nem na COHAB, honestamente. Porque o que temos recebido de movimentos, que estamos conversando diariamente, de domingo a domingo nessa secretaria, acho que em nenhuma outra gestão tivemos tanto atendimento. Agora, existem algumas coisas que têm seus tramites legais e existem seus procedimentos. Boa vontade existe, intenção existe. Só que muitas vezes esbarramos em algumas questões jurídicas e legais. Mas fica aqui seu desabafo. Fique tranquilo. Não é a pauta agora a questão de reintegração, outros assuntos, mas fica aqui registrada a sua fala e vou procurar – pode ter certeza – identificar onde está o problema e trazer para perto, para que possamos, junto com a equipe, lhe dar a resposta, eu diria não positiva, mas a solução, seja ela negativa ou positiva, mas que seja uma solução, e seja verdade. Porque, às vezes, o não também é solução, desde que seja dita a verdade. Mas eu entendi. **Sr. Jocemar** - Faz dois meses que parte de sua equipe foi na comunidade, no CEU Alvarenga, na Estrada do Alvarenga, a Sra. Márcia Terlizzi, e outros do departamento. Entrou no CEU um morador, um município e perguntou: "Prefeitura, quem procuramos para nos referenciar?". Sabe o que ela disse? "Procurarem os senhores, pois a prefeitura não indica nem liderança e nem ninguém". Ela me descaracterizou dentro da comunidade! Não dá para fazer de conta. Está doendo. **Sr. Gilmar** - Com diálogo, conseguimos avançar. Não é pauta deste Conselho irmos nesse embate. Mas, Jocemar, fique tranquilo. Vamos identificar essa questão. **Sra. Carmen** - Na última gestão do Conselho Municipal de Habitação, os conselheiros tinham um grupo de trabalho, Gilmar, em que elaboraram, junto a todos os conselheiros que lá participaram, uma PPP, onde havia um quarto "P", que era um quarto "P" popular, um parceiro popular, e justamente onde nos referendamos, movimentos sociais, como também um parceiro que o próprio governo tivesse para que se fizesse moradia inclusiva e popular. Então, não quero que o senhor deixe esse trabalho do Conselho, da gestão anterior, parado, porque foi um trabalho árduo. Os conselheiros se desdobraram para fazer esse estudo da PPP, para apresentar ao governo. E também quero dizer o seguinte: a Mariza fala da prestação. Tenho medo é da inclusão. Antes de se chegar à prestação, qual é a forma que os senhores irão utilizar para que essas famílias de menor renda, de 0 a 6, sejam incluídas? Porque a documentação hoje que se pede, o financiamento do operador financeiro, nenhuma família alcança. E sabemos que a PPP do Estado está com problemas porque indica aí não sei quantas mil famílias e só chegam realmente a ser indicadas sete ou oito, que é um índice, um percentual muito baixo. Então, aqui não temos que tampar o sol com a peneira e tampouco vir aqui discutir, revolucionar, porque os movimentos sociais que aqui estão representando este Conselho têm um papel de fazer parte do governo. E fazer parte do governo é discutir propostas juntos. Quando me referi aqui à gestão passada dos conselheiros, me referi ao Caio. O Caio, junto com os outros conselheiros, se sentou, se debruçou, fez um trabalho com a PPPs e indicando; a PPP tem que ter parceria popular, tem que ser de inclusão popular, mesmo que tenha uma parte de mercado. O mercado e o popular podem andar juntos e o governo. **Sr. Rosalvo** - Fico muito feliz que a prefeitura tenha entrado com essa disposição e conheço o lapequino há bastante tempo e acompanhamos na CDHU o processo que passou pela Casa Paulista e para organizar a PPP. E tive a oportunidade de ajudar a pensar esse processo. E aqui também o Jocemar dizia que participamos da elaboração do Programa de Governo e no programa de habitação, e lá também colocávamos a importância de o município entrar nas PPPs. Porque é um projeto, um programa que traz muito recurso da iniciativa privada para ajudar a fazer essas obras públicas. E aí, sem dúvida, o grande déficit habitacional está na faixa mais baixa da população, de menor renda. Entretanto, há uma faixa um pouco mais acima dessa que chamamos de menor renda, de três salários mínimos, que também precisa dessa atenção. O que os movimentos precisam, a meu ver, é começar a trabalhar a sua demanda para não esperar apenas ganhar de presente uma moradia. É muito comum no movimento, as pessoas sabem que existe essa possibilidade e às vezes escondem a renda, às vezes dizem que é impossível pagar R\$300 de prestação, quando, na verdade, pagam R\$400, R\$500, R\$600 de aluguel no barraco da favela onde moram. É importante irmos trabalhando dentro desse processo. Vejo como fundamental a iniciativa e fico muito feliz que o processo esteja já no primeiro ano de governo desenhado, para podermos iniciar a discussão. Tenho algumas perguntas. Existe a PPP do Estado, que o lape-

quino teve papel fundamental na concepção, na organização e para colocar esse processo em andamento. Na PPP do Estado, o município participa de alguma forma. Aí a pergunta é: o Estado participará nessa também? É a mesma PPP? Vamos juntar as duas? Ou o Estado terá a sua PPP e o município terá a PPP deles? Porque realmente na do Estado a participação do movimento popular é muito pequena, é apenas marginal, para atender a uma licitação que ficou atrasada lá e no lote 1 está previsto isso, são 500 unidades; no total, são 14 mil unidades e aí seriam 2 mil unidades para o movimento popular, que as associações que participaram de uma licitação e que vai cada lote colocando 500 unidades. E aí acontece muito que a Carmen disse que encaminhamos as famílias e os critérios lá são os critérios da Caixa Econômica Federal, e aí as famílias não conseguem se habilitar. Família que ganha teto de R\$1.800, claro que passou pelo SPC, pelo SERASA. Às vezes, nem SERASA consegue passar porque não usa cheque. Então, é importante pensarmos em um processo. E vamos fazer um seminário e discutir isso nas propostas. No Governo do Estado existe um fundo garantidor. Vamos continuar insistindo para colocar dinheiro nesse fundo, para ser fiador, para ter condições de viabilizar que a família consiga contratar e ter sua moradia. Se depois não pagar, a Caixa retoma e passa para outra família, mas pelo menos que haja a possibilidade. Iria realmente questionar a participação do movimento popular, mas o Edson já nos coloca aqui que quem estiver nos programas, nos chamamentos e que não tenha sido enquadrado – e agora precisa mais do que ser enquadrado; precisa ser enquadrado e depois selecionado – se foi enquadrado e não foi selecionado, ou foi desenquadrado, que possa migrar. Então, já está aqui uma primeira resposta de como tem a participação popular. Mas que-riamos participar mais, Edson, quem sabe, com algum percentual ou alguma forma de os movimentos populares, que ainda não estão enquadrados, que ainda não tiveram os processos – porque isso é uma proposta não para um ano; é uma proposta para um processo em andamento – então, que possamos estabelecer uma regra de participação popular nesse processo. E imagino que, a hora que o projeto de lei for à câmara, esse projeto irá estabelecer um processo de audiências públicas, de participação, como tem o outro, e aí sem dúvida será o momento de discutirmos no detalhe cada projeto, cada PPP, e aqui discutimos mais o geral. **Sr. Gilmar** - Aqui é só parte do procedimento. Na câmara haverá toda a discussão, enfim, e os senhores podem participar também. **Sra. Maria Barbosa** - Estou até emocionada aqui de ouvir a voz do Sr. Rosalvo porque, na verdade, há um equívoco aí, porque para nossas famílias é uma demora muito longa para conseguir chegar um projeto. E, quando chega um projeto, que elas estão morando, com certeza, elas vão pagar. Ninguém vai ter casa de graça. E queria colocar que dentro da regularização fundiária, nas poucas que áreas que existem, que estão sendo invadidas, qual a solução que o secretário aqui deve tomar? Porque nas áreas que estão sendo invadidas, a coordenação já procurou, já conversou, e até então não houve uma solução. Sabemos que as Regionais atam nessa parte. Também procuramos as Regionais e não somos atendidos. Então, gostaria de saber agora quem devemos procurar. **Sr. Gilmar** - Para mim é uma novidade o que a senhora está dizendo, com todo respeito, que as Regionais não estão atendendo. Mas estou recebendo isso com preocupação, até porque temos reuniões semanais com todas as nossas Regionais, e elas nos posicionam de todas as questões que estão acontecendo. Mas aqui, na secretaria, temos um departamento, na verdade, de Intermediação de Conflitos, que a depender da situação, se já estiver judicializada, se já estiver em conflito, então, direcionamos isso para a Intermediação de Conflitos. A senhora é da sudeste, não é? **Sra. Maria Barbosa** - Sim. O senhor sabe que a coisa lá não está bonita, não é? **Sr. Gilmar** - Sugiro que nessa questão pontual façamos uma reunião. E, se os conselheiros aqui tiverem também outras reivindicações no quesito atendimento, estamos aqui para atender o município. Tanto o Presidente da COHAB, o chefe de gabinete, o Alex Peixe, o Secretário Fernando Chure, eu, como Secretário Adjunto, não nos negamos a atender e termos reuniões, como já tivemos várias reuniões aqui com muitos movimentos de moradia. Então, gostaria até que a senhora elencasse quem deu essa negativa, quem disse que não atenderia, para tomarmos certas providências, porque não é a diretrix desse governo e nem nossa, da direção também. **Sra. Maria Barbosa** - A prefeitura regional é do Ipiranga. **Sr. Gilmar** - Vamos conversar. Saímos daqui com uma reunião agendada para falar sobre isso. **Sra. Maria Barbosa** - Ok. E, por final, eu fiquei também preocupada porque nos chamar para uma reunião dessas, como a colega colocou, sem material para estudarmos antes, para verificarmos e sabermos direitinho o que seria hoje aqui, acho que ficou um pouco a desejar. **Sr. Gilmar** - Estamos iniciando um projeto, estamos iniciando um debate. É o início de uma caminhada. A senhora e todos terão o material e todos irão participar de forma muito democrática. **Sr. Caio** - Viajei esse final de semana e levei o envelope da convocatória e disse: preciso estudar isso para ver como me posicionar na reunião. Aí, na hora que abri, era uma página e a dizia: apresentação da Parceria Público Privada. Então, para ter convocado uma reunião extraordinária, mobilizar 48 conselheiros para estarem aqui, para ouvir, acho que temos um entendimento diferente sobre o que é esse processo de participação. Porque o papel do Conselho é justamente discutir amplamente a política habitacional do município, especificamente, a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação. Então, para podermos, no mínimo, construir, quer dizer, se os senhores estão apresentando isso como uma proposta que está em apresentação, ela fica muito incipiente para podermos inclusive nos posicionar e dialogar com a prefeitura. Então, no mínimo, constituir aqui um grupo de trabalho em que possamos, efetivamente, construir isso juntos. Estou ouvindo o senhor responder as perguntas pontualmente e o senhor está, via de regra, se referindo às audiências públicas na câmara. Queria colocar então a pergunta: por que isso teria que ser um projeto de lei? Porque isso tem que entrar como uma lei? Por que isso tem que ser debatido na câmara, se isso não está no âmbito da política habitacional mesmo do município? Uma preocupação que me parece comum a vários conselheiros aqui é como é essa modelagem financeira. Afinal de contas, a parceria está sendo apresentada, quer dizer, a prefeitura tem um ativo muito importante, que são os terrenos, que são escassos e únicos, e está disponibilizando isso para a produção de habitação. Então, como é essa conta? Porque esses terrenos têm um valor e são valores bastante significativos e são únicos. E toda a produção, para a produção habitacional, depende do terreno. Outra coisa que o Edson apresentou aqui e deu a entender uma diversidade de atendimento, do Auxílio Aluguel, Faixa 1, Faixas com FGTS e tal. E aí mais uma vez a preocupação de como se faz a transição, a migração de um empreendimento das entidades. Por exemplo, as entidades que foram selecionadas no chamamento e que estão com um compromisso de atender famílias pela Faixa 1, que é a grande parcela do déficit, da demanda, quaisquer que sejam os indicadores estatísticos que usemos, vamos ver que a maior parte da produção de habitação tem que ser para Faixa 1. Na hora que vai entrar pelo FGTS, excluímos uma parcela significativa das famílias que precisam efetivamente de habitação. Então, apareceu como regularização fundiária, urbanização de assen-

tamentos precários, recuperações ambientais, Auxílio Aluguel, ou seja, um conjunto de intervenções que estão apostando tudo em uma parceria, em uma ideia de que o governo está quebrado, que é um pouco estranha, de que o governo está absolutamente quebrado e que precisa totalmente dos recursos da iniciativa privada para fazer isso, e aí isso não está claro. Então, temos pouco material para poder dialogar e discutir sobre isso. **Sr. Gilmar** - Só pontuando a questão da necessidade da audiência pública, a PPP passou no Conselho de Desestatização. Obrigatoriamente, tudo que tem passado no Conselho de Desestatização tem que ir para a câmara municipal como projeto de lei e ter audiência pública. Tivemos a preocupação de justamente fomentar esse debate com os vereadores também, até porque é um programa da nova gestão. E queremos fazer toda uma discussão junto com a câmara municipal. Independentemente disso, já marcamos uma reunião com a Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo, para ver se há necessidade de certos procedimentos internos na câmara municipal. Na verdade, estamos pecando pelo excesso, para amanhã ou depois não haver nenhum tipo de impugnação no que queremos fazer, respeitando todos os procedimentos. Então, a questão da forma como estamos nos preocupando talvez seja um excesso de zelo, porém acho que é viável neste momento, com tanta judicialização. A partir do momento que passou no Conselho e passou no Conselho de Desestatização, obrigatoriamente, tem que entrar na pauta da câmara municipal, para as audiências públicas, que aí as comissões definem quantas são. Não somos nós que vamos pautar isso aí. **Sr. Caio** - O processo na câmara, tudo bem, os procedimentos e tal. A questão é: esse projeto, como projeto de lei, como proposta, ele sai daqui, da Secretaria de Habitação, sai do Executivo, para ir para a câmara. E, para sair do Executivo, ele tem que passar por este Conselho. E, para passar por este Conselho, ele tem que ter uma proposta. **Sr. Gilmar** - Não necessariamente, Caio. **Sr. Caio** - Ele pode. Podem fazer o que quiserem. Mas o Conselho existe para isso. É isso que estou dizendo. **Sr. Gilmar** - Exato. **Sr. Caio** - O Conselho existe para isso. Estamos aqui para isso. **Sr. Edson** - O Conselho opina. **Sr. Caio** - Ou construímos essa proposta juntos, para que saia do Executivo alguma proposta que seja já articulada na Sociedade Civil, para poder discutir na câmara, quer dizer, em outra instância, no Legislativo, mas para não perdemos essa oportunidade aqui. **Sr. Edson** - Primeiro, o Conselho vai opinar, sem dúvida alguma. A versão final do projeto de lei é nossa, é do Executivo. E aí depois o Conselho e os movimentos voltam a ter um novo palco de discussão que é a câmara. E por que tem que ser projeto de lei? Porque há uma série de questões autorizativas aqui de recursos que precisam ser autorizados pelo Legislativo, para não acontecer como a PPP da iluminação do governo passado, que está até hoje na Justiça e não saiu do papel. É essa a questão. Temos que percorrer um caminho legal que não tem como passar por cima. Essa é a primeira questão. A segunda questão: poderíamos aguardar que o país voltasse a recuperar a capacidade econômica, de desenvolvimento, para que o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal, tivesse todos os recursos para atender à demanda gigantesca que o país tem de habitação, cruzarmos os braços e esperar que algum dia então, por excesso de recursos, pudéssemos conseguir atender o conjunto dos movimentos e o conjunto das pessoas que aguardam há tanto tempo na fila que não é só do movimento. É das famílias que estão no Auxílio Aluguel, é das famílias que estão no cadastro da COHAB, é das famílias que estão no cadastro da Secretaria de Habitação. A demanda que vamos atender na PPP é esse conjunto. E ninguém disse aqui que os movimentos estão de fora. Ao contrário: os movimentos estão dentro. Estamos exatamente possibilitando que quem hoje está em um chamamento aguardando um financiamento da Caixa Econômica e do Governo Federal, que sabemos que ninguém pode afirmar quando ele vai poder acontecer, eventualmente, esse movimento, por decisão própria, migra para a PPP e pode ter um financiamento muito mais rápido, pode ter um equacionamento muito mais rápido. E não é porque a prefeitura está quebrada. Aliás, ninguém disse aqui que a prefeitura está quebrada. O que dissemos é que estamos tentando pegar os recursos que temos da habitação e que são limitados e espaçá-los ao longo do tempo, criarmos outra forma de financiamento da habitação, e não dependermos única e exclusivamente de um único programa. Estamos querendo aqui exatamente ter a oportunidade, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista do financiamento, seja do ponto de vista de um atendimento mais amplo possível, da demanda da habitação, que passa pelos movimentos, mas passa por esse outro conjunto todo que temos que atender, e que possamos fazer um atendimento muito mais rápido. Isso é evidente, é um raciocínio, que os senhores vão me desculpar, mas é básico. E estamos buscando e estamos trazendo para dentro disso o que vai ser a participação do município. O município, evidentemente, vai ter áreas que ele vai contribuir na PPP, e isso reduz o custo da participação da prefeitura na PPP. É lógico que isso entra no compitido que vai ser a engenharia financeira. Quanto mais áreas públicas colocarmos, é evidente que a contrapartida e a contraprestação, que o município tem que dar, são muito menores. E vai nos sobrar dinheiro da habitação para podermos continuar buscando, junto ao Ministério das Cidades, mais financiamento para cá. Estamos criando outra porta, estamos abrindo outra porta, que vai possibilitar buscarmos esse atendimento de uma maneira mais rápida. E dentro dos critérios que já existem hoje, não me parece – o lapequino tem mais informações – mas não me parece que tenhamos problemas de atendimento de faixas dentro da PPP do Estado. Não me parece porque as famílias que entraram no São Caetano estão todas lá. **Sr. Reinaldo** - E as que tiveram alguma dificuldade, a CDHU cobriu. Como estava previsto no edital. **Sr. Edson** - A CDHU cobriu, como estava previsto no edital de concorrência da PPP. Esse debate está se iniciando aqui. Nem nós aprovamos ainda o projeto final. Isso não é o projeto final. Isso é um conjunto de ideias, que achamos que fosse importante passar por esse debate aqui, no Conselho. Na minha forma de ver, evidentemente, o debate mais decisivo é na câmara, porque é lá que vai aprovar a lei. Alguém falou aqui também da questão do IPREM, o João Bosco. Estamos colocando áreas do IPREM na PPP, que estão sendo transferidas para a COHAB. Finalmente, concordo, acho que foi a Antônia que falou da questão da regularização fundiária. O que queremos, inclusive, é isso, com um ritmo maior de construção. Isso vai possibilitar para nós, inclusive, fazer o atendimento de áreas hoje que estão completamente ocupadas para eventualmente colocarmos essas famílias que aí estão, para nessas áreas onde se encontram hoje, fazermos todo um processo de requalificação urbana, dando mais espaço urbano para a cidade, que, aliás, isso poucas vezes se fez. Normalmente, quando há os processos de construção de novas habitações, se traz famílias e às vezes famílias que estão ao lado, em áreas completamente degradadas, não são atendidas. Vamos também querer fazer isso: pegar áreas que estão degradadas, colocar famílias nessas áreas, recuperar esse espaço urbano para que esse espaço depois possa ter uma nova construção habitacional. É isso. É evidente que o novo sempre causa certa preocupação, mas acho que é uma preocupação positiva de avançarmos exatamente em ter outras formas de fomento para a habitação. Não dá para de-

pendermos só de um, de dois programas, e com as dificuldades que temos de economia no país. Então, para termos outras formas, outras engenharias financeiras, para que possamos atender toda a população que está aguardando moradia, seja aquela que está organizada em movimento, seja aquela que não está organizada em movimento, que é a grande maioria. **Sr. Gilmar** - Estamos tendo o zelo, o cuidado de trazer para os senhores aqui, no CMH, para discutirmos e levarmos à câmara porque o foro de verdade, legítimo, para ser discutido, é no Legislativo. Passam-se às audiências públicas, mas tivemos o cuidado de trazer essa discussão, justamente para cá, para daqui levarmos um produto para a câmara já praticamente pronto, porque lá teremos algumas mudanças também. Os senhores sabem que o Legislativo tem a condição de mudar o que vamos colocar, só que o Executivo, que somos nós, temos que levar o produto. E estamos trazendo esse produto hoje, aqui, para os senhores, junto conosco, trabalhar esse produto. Estamos recepcionado, estamos no início de um produto. Peço desculpas por não ter sido enviado o produto acabado para os senhores, mas o produto não está acabado. Queremos, Caio, com essa sua colocação, com a colocação de todos os conselheiros aqui, e dos suplentes, agregar, azeitar melhor esse projeto. E, se for o caso, iremos colocar isso porque é a maneira que se faz. Política é assim, política participativa. Então, a legitimidade, a maneira que estamos fazendo aqui, Caio, gostaria que vissem com muitos bons olhos. Porque aqui ninguém colocou dizendo que será dessa forma, pronto e acabou. Não. Estamos ouvindo os senhores. E podem ter certeza de que o Reinaldo, o Fernando, o Edson, nós iremos trabalhar melhor esse produto, porque ainda há algumas dúvidas, Verônica, e não queremos dúvidas. Queremos o apoio da população, queremos o apoio dos senhores nas audiências públicas, seja dentro da câmara, seja nas prefeituras regionais, onde quer que seja, mas não manipular ninguém. Queremos realmente que apoiem porque o projeto é bom para a Cidade de São Paulo. Não é bom para um ou para outro, mas é bom para a Cidade de São Paulo. Não para movimento A, B ou C. Mas para a cidade, que inclui os movimentos de moradia, obviamente. **Sr. Adelcke** - Acabamos entendendo que se trata de uma primeira conversa, mas o que talvez traga angústia na maioria dos conselheiros e nas falas que aparecem aqui é que o que foi apresentado, de certa maneira, é uma proposta de PPP que na prática está baseada em um financiamento. E temos visto que as famílias de menor renda não são atendidas por um financiamento habitacional puro e simples. E, infelizmente, a base que se tinha dentro do Minha Casa Minha Vida, que realmente atendia o Faixa 1 – e o Faixa 1, realmente, em São Paulo, também de certa maneira, a produção foi limitada e temos mais uma produção de Faixa 2 e de Faixa 3 – acho que a preocupação maior que se tem é de que, apresentando-se, primeiramente, uma proposta de financiamento, como vamos conseguir garantir o acesso à habitação para a família de menor renda? Hoje não temos perspectiva do Minha Casa Minha Vida, de produção. Está todo mundo esperando há meses alguma resposta. Brasília não apresenta essa resposta e, de certa maneira, recal sobre a prefeitura uma cobrança um pouco natural de dizer: bom, também temos o maior déficit habitacional, 75%, que é o HIS, que tem o HIS 1 e o HIS 2, a maior parcela está dentro do HIS 1, e ela não é atendida com financiamento. E como nós, dentro dessas diversidades de atendimento, vamos atender um público que não possui recursos para entrar em uma PPP? Toda PPP tem que apresentar um serviço como atendimento e ela que é a contraprestação da prefeitura. Entendo também que os terrenos nesse momento são uma diferença do Estado; na PPP do Estado estava um pouco mais difícil de visualizar os terrenos. Talvez, se existir uma apresentação mais clara dos terrenos, talvez tenha outra análise em cima desse produto, mas ainda temos uma realidade em que estamos em um momento econômico pior do que quando houve o lançamento da PPP estadual, e naquele momento apenas uma empresa apareceu para um lote. Para mim, é uma demonstração clara de que para a iniciativa privada a contraprestação que estava dentro dessa modelagem econômica não foi suficiente. Então, o que conseguimos aprender com isso, o que os senhores estão visualizando como alternativa para também, de certa maneira, formatar essa PPP. E a outra pergunta era efetivamente em relação ao serviço. No caso da PPP estadual, tínhamos um serviço ligado ao condomínio, gestão condominial, e também à questão do trabalho social. Então, para saber se os senhores já entendem que o serviço prestado é esse também. **Sra. Paula** - Acho que o material apresentado ainda é muito pouco qualificado para opinarmos como Conselho. Mais do que um processo em andamento, para um processo em andamento, faltam respostas que não foram apresentadas aqui muito importantes para entendermos a proposta. Só opinamos quando compreendemos. Então, vou fazer algumas perguntas que podem soar muito básicas, mas são o pano de fundo de quem estuda PPP. As unidades produzidas vão ser destinadas para o Locação ou é um modelo de propriedade privado, compra e venda? Quais são os terrenos disponibilizados à PPP? Qual o montante de recursos desses terrenos? Porque parece que não vamos colocar recursos; o Sr. Aparecido colocou isso como: “não vamos colocar recursos”, mas terrenos públicos são recursos públicos. Isso é um primeiro subsídio. É importantíssimo para entendermos o montante de recursos que estamos colocando nessa PPP. Esses terrenos serão alienados ao privado? O privado vai poder ficar com eles ao final da PPP? Ele vai pagar por esse terreno? Os movimentos hoje que estão no chamamento, para migrarem, eles vão ter que disponibilizar seus terrenos e pagar por eles? São perguntas que para mim estão muito em aberto. Esses terrenos não deveriam estar contabilizados nas contraprestações? É um subsídio instaur altíssimo, pelo que estou entendendo, pelo volume de unidade produzida, ainda que eu não saiba a área envolvida. Qual o montante de recursos envolvidos nas contraprestações? Ali dá para ver que é perto de R\$500 milhões por ano. É isso? Porque está ali um desenhinho, cem unidades, se é isso. Quanto é esse percentual em relação aos gastos com habitação hoje? Vai sair de onde essa contraprestação? Como a PPP é financiada? Isso pode cair em detrimento de outros programas, ou seja, eu gasto mais na PPP, nessa contraprestação do que em outros programas? Como é isso? É possível a exploração comercial dos terrenos ou vai ser Habitação de Interesse Social, com equipamentos públicos, sem nenhum tipo de exploração comercial? Como é que é isso? Os terrenos, vamos ter acesso a essas modelagens para opinarmos? A PPP envolve em geral serviços. Quais são os serviços habitacionais que serão prestados? Quais as garantias que serão dadas à contraprestação? Em geral uma PPP está associada a um fundo. Vai haver um fundo que vai pagar essas contraprestações? Que recursos estão nesse fundo para garantir essas contraprestações? É para isso que é preciso aprovar uma lei, para ter um fundo específico, é para vender terreno ou alienar, ou é para fazer alterações urbanísticas? Para quê? Vai existir alteração urbanística, mobilizada a partir dessas PPPs? Para mim ficou muito evidente que não está claro também como vai ser a migração de quem está em outros programas. Isso é uma bomba lançada aqui, não é? Como vai ser isso? E uma pergunta específica para a prefeitura, que gostaria que fosse respondida hoje. Temos uma PPP em curso, temos algumas famílias moradoras das quadras 35 e 36 da Luz, que foram retiradas.

Quero saber se elas vão ser atendidas pela PPP da Luz, na Região da Luz, ou se serão atendidas em outra PPP, e as famílias no entorno, inclusive, retiradas por outra PPP, que é uma PPP de hospital, Pérola Byington, se elas vão estar incluídas ou não nessas PPPs. Isso é uma questão básica para um conselho, onde há movimentos, para entendermos. E gostaria que fosse respondido hoje, por favor, porque acho que, se estamos propondo uma nova, estamos entendendo o que está acontecendo com a que está em curso, e para mim ainda está muito nebuloso. **Sr. Gilmar** - Olhem quantos questionamentos, quanta coisa boa aprendemos aqui. É uma escola! Mas, o bom da democracia, do debate, do discurso no Conselho é isso, porque aqui conseguimos trabalhar melhor. **Sr. Reinaldo** - Vou tentar pela memória capturar todas as perguntas. Primeiro, quando eu disse que a PPP é poderosa, não disse que a PPP é poderosa; eu disse que o instrumento é poderoso. É poderoso para a política pública, para todos nós, para a sociedade. Então, não tem nenhuma conotação que não seja essa. É um instrumento poderoso porque proporciona uma oferta em escala muito maior do que somos capazes de produzir nas modelagens formais nossas. Como disse, temos equipes que são restritas, e às vezes uma mesma equipe estuda trinta, quarenta problemas. Para começar ou acelerar um, tem que largar ou desacelerar outros. Então, a PPP permite ter, em um grande contrato, várias atividades; evita uma série de contratos administrativos, evita equipes de gestão. Então, a PPP é poderosa para nós, para a política de habitação. Não pensem que fizemos qualquer coisa que seja para outra finalidade. O Jocemar falou da regionalização ali. Ali, Jocemar, na verdade, é aquilo que ma-peamos, mas evidente que, como o Edson bem colocou, queremos percorrer todas as áreas da cidade. Então, não tome aquilo como um desenho acabado. Queremos ampliar. Vou dizer uma coisa que não vai agradar muito aqui, mas não acho muito honesto começar o debate querendo saber onde é ou não é o terreno. Porque, se os senhores olharem ali, há 22% das áreas que são municipais e que não são ZEIS. Estamos convencendo alguns prefeitos Regionais a colocarem suas áreas, porque estamos oferecendo equipamentos públicos para eles. Junto com isso, eles topam. Sem nisso, eles não topam conceder nenhuma área. Então, vamos deixar as áreas para um segundo momento. De que importa eu dizer que vai ser o terreno X agora? De que importa isso? É claro que acolora o debate, mas, do ponto de vista prático, não vamos chegar a lugar algum. Ao contrário: se anteciparmos isso, podemos até perder alguma área que estamos com a concordância de algum prefeito regional, que está colocando ali. **Sr. Gilmar** - E muitas vezes a área fica exposta para ocupação. Os senhores sabem disso. Infelizmente. Claro que tem que ter transparência, mas no momento oportuno. Se fazemos isso com antecipação, não é o caso dos senhores, Paula, mas muita gente, infelizmente, pega essa informação privilegiada para ocupar ou invadir. **Sr. Reinaldo** - É um voto de confiança. Vamos deixar isso para um momento mais oportuno. Vamos ter a hora de falar disso. Não é antes. Só queria pontuar também que quadras 37 e 38 não estão na pauta e não tenho nenhum elemento para responder sobre isso. Peço perdão. Podemos ver como o Gilmar encaminha essa questão, se é o caso de fazer hoje ou não. Outra coisa que a Verônica coloca e que o Edson também já respondeu, não é como os movimentos vão entrar, se vão entrar. Eles já estão dentro. Estamos aqui fazendo isso. Este aqui é um Colegiado plural. Todas as demandas que há aqui dentro, como o Edson disse, vão ser contempladas. A questão da modelagem financeira, em que pese que tenhamos Minha Casa Minha Vida com dificuldades, mas temos; temos o orçamento da prefeitura fazendo outras coisas. A PPP, queria frisar que é mais uma ação dentro do leque, ou do cardápio, de ações e programas que temos. Podemos ficar sem ela? Podemos. Não vamos fazer PPP nenhuma? Tudo bem. Não vamos fazer. Mas não queremos nos acomodar com uma situação dessas. Queremos ir atrás de onde há recursos para fazer. Também não procede dessa maneira, e sabemos da dificuldade, e ninguém aqui é ingênuo a ponto de não saber que há, mas não procede 100% a ideia de que ninguém pode, mesmo a família de Faixa 1 não consegue fazer financiamento. Vejam o financiamento que foi feito na São Caetano; 13 famílias, é o que tenho notícia, das 126 unidades, não tiveram plenas condições de entrar no financiamento da Caixa, e o CDHU cobriu. Algumas ainda têm algum ajuste para fazer. Mas, na estatística, na porcentagem, a imensa maioria se enquadrou. Podendo tirar um financiamento, por que não reduzirmos a nossa conta? Se eu fizer PPP para tudo Faixa 1, não tem PPP, porque não há como pagar esse recurso. Se formos fazer a conta, vamos cair tudo no orçamento. Então, não faz muito sentido. Estou fazendo a proposta e a discussão para termos uma PPP aqui, no nosso âmbito, justamente para capturar recursos que não estão em nossas mãos; estão em outros lugares. E que é um desperdício não irmos atrás. E ninguém está dizendo que a PPP vai absorver todos os demais programas da prefeitura. Se não aproveitarmos essa oportunidade, são famílias a menos que vamos atender. Seria muito confortável para nós não fazer. Poderíamos nos acomodar, ver o que há no orçamento, operar com o orçamento, ver o que há no Minha Casa Minha Vida, e tocar a vida assim. Seria mais simples. Alguém perguntou quanto vai custar a PPP. Se os senhores perceberem, boa parte do investimento ali é porque há equipamento, 20% de equipamento. Boa parte do que vamos pagar de contraprestação é de equipamento. E, dentro da negociação interna que fazemos com Secretaria da Fazenda, parte dos orçamentos do pagamento da contraprestação virá de outras secretarias, até porque os 5% que o município pode assumir como compromisso da PPP é extra limite de qualquer outra coisa. Então, dentro dessa discussão, podemos ver se vamos tirar de outros orçamentos, de educação, de saúde, enfim, daquilo que for viável. E também, dentro dessa ideia de fazer equipamentos públicos, há a lógica da racionalidade. Às vezes, se tem diversos equipamentos pequenos espalhados que, se concentramos, podemos racionalizar o uso, diminuir gasto de vigilância, gasto de limpeza. Concentra-se um pouco isso. Então, há toda uma lógica diferente. Serviço. No caso da nossa proposta, serão os mesmos serviços previstos na PPP do Estado: manutenção predial até o final do contrato; trabalho de pré-ocupação; trabalho de pós-ocupação; apoio condominial; todos aqueles trabalhos de educação financeira, ambiental. É um conjunto de coisas. Nesse caso, não inovamos. E estamos abertos a contribuições. Hoje, por exemplo, tivemos uma discussão de um dos equipamentos. Alguém disse: “Dá para fazer um velório?”. É um equipamento público. De repente, se for uma carência muito grande e, na discussão do processo, isso for demandado até pela comunidade, que parece que é um caso lá, é possível. Onde há financiamento para velório, onde há financiamento para escola, onde há financiamento para creche? Por aqui conseguimos viabilizar, com o foco na habitação. A habitação é quem puxa esse desenvolvimento urbano. Alguém perguntou dos prazos. O prazo da PPP não difere muito na fase preliminar, de planejamento e até da contratação, de uma 8666. Se formos pegar os terrenos, eu estava vendo outro dia a lista de terrenos que a prefeitura desapropriou ou fez a desapropriação pela COHAB, desde 2001, há 101 imóveis que a COHAB desapropriou. Dos 101 imóveis, há uma enorme concentração a partir de 2009, 2010, 2011 e 2012. Desses, apenas 26 temos a desapropriação concluída até hoje. Concluída, digo, com a

carta de adjudicação registrada. De 101, temos 26. Há uma porção de outros em que só fizemos o depósito preliminar, está em discussão na Justiça. É claro que isso não atrapalha a implantação, mas gera um passivo que vai onerar nosso orçamento. Na hora em que o juiz determinar o fim do processo, vai ter que pagar essa desapropriação. Nas áreas que estamos colocando, essas contas não têm área. Se eu colocar na conta a área, vai para R\$224 mil cada unidade habitacional. Se eu colocar na conta. E, se eu tenho que atender, e vamos atender, um, dois, três, quatro, cinco, sete, até dez, e aí já entrando na modelagem financeira, uma família que ganha um salário mínimo, R\$937, quando ela entra no agente financeiro, e a primeira entrada vai ser essa mesmo: “Quanto o senhor consegue tomar de financiamento? – Eu consigo, nas regras atuais, consigo tirar R\$42 mil. – Quanto o senhor avança mais de financiamento?”. Se for Faixa 1,5, por exemplo, na categoria, no fundo de garantia: “Ah, mais R\$99 mil, mais R\$29 mil”. Então, estou lá com em torno de R\$70 mil que avanquei de financiamento. Se eu não fosse fazer dessa maneira, nem essa unidade eu teria, porque eu não tenho R\$150 mil ou R\$224 mil para colocar. Então, eu capturo, no caso da família, de 1, 2, 3, os R\$70 mil, R\$60 mil, que seja, vai depender da conta, do enquadramento no sistema, se é a tabela Price, se é Sac. Tudo bem, R\$60 mil; a diferença, vamos colocar em vinte anos. Então, a concessionária não leva nenhum terreno. A concessionária recebe um terreno para fazer uma incorporação em cima. Terreno não vai para ela. Até porque, se for para ela, ela tem problemas tributários, e a nossa conta ficaria muito maior. Os equipamentos públicos, na hora que termina, que é conseguido o Habite-se, já se transferem imediatamente para o Poder Público de volta, para o poder concedente. Evidentemente, nem se poderia fazer em um plano estratégico nosso, no Plano Diretor, hoje, empreendimento que não tivesse comércio, serviço. Toda aquela lógica, aquilo não se pode mais fazer, ainda mais nessas áreas mais próximas dos eixos de transporte e tal, fazer sem que isso seja contemplado. Então, os modelos arquitetônicos estão preservados, inclusive, estamos adotando um modelo que é da Água Branca, que é um modelo que temos muito mais força, porque veio de um concurso público, atende aos requisitos do Plano Diretor, está dentro da configuração que se quer colocar na PPP. Então, estamos obedecendo aquilo ali. Garantias. Esse é um tema complicado. Garantia na PPP é sempre subsidiária. O que garante o pagamento da contraprestação é o orçamento; parte será da habitação e parte não será da habitação. Isso aí tudo, na hora de fazermos a estruturação final, quando sair o edital final da licitação (porque vamos ter uma consulta pública, receber contribuições) um capítulo de garantia, de reequilíbrio econômico financeiro, de tratamento ambiental, vai estar tudo no contrato. Vamos ter oportunidade de discutir bastante isso antes de ir para a rua. Mas as garantias, o pagamento prioritário é o orçamento. De onde? Onde estiverem os equipamentos. Vamos buscar essa discussão dentro da Secretaria de Fazenda do Município. Sobre a questão do Rosalvo. Se o senhor vir lá, Rosalvo, áreas municipais, estaduais, federais e privadas. Então, é claro que o Estado está conosco nisso. Algumas delas, o Estado já veio nos procurar para ofertar. Áreas que são ocupadas, hoje, historicamente, que eles pedem ajuda porque já reintegrações. E alguém aqui falou de reintegração, que já foi suspensa, a nosso pedido, com a nossa conversa de que: “Olha, temos uma ação entabulada lá, junto com o Estado. Então, o Estado estará em conjunto”. Assim como continuamos junto com eles na área central. **Sr. Gilmar** – Os senhores e senhoras veem que não vamos terminar esse debate hoje e nem na próxima reunião. Temos um e-mail, se puderem anotar, para contribuir com a discussão: falecomsecretario@prefeitura.sp.gov.br. E também o e-mail da SEHAB. Agradeço a presença de todos os conselheiros e conselheiras, à equipe técnica de SEHAB também, a todos que vieram aqui. Vamos continuar com o debate porque São Paulo merece esse debate e, com certeza, juntos vamos mais longe. (Encerra-se a reunião)

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 6º GESTÃO

Data da Reunião: 26 de outubro de 2017

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano 2017, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6º Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) **Conselheiros (as) do Poder Público**: Fernando Chucre (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Gilmar Souza Santos (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Juliana Jacometto Marchi (Conselheira Poder Público/COHAB); Ricardo Luis Mellão (Conselheiro Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Lillian Cristina de Moraes Calcagno (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/SF) e Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: Mariza Dutra Alves (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia L. do Nascimento (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); Mônica Fátima Ziliani (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto da Zona Oeste); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia Região Sudeste); Edinalva S. Franco (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Uranide Sacramento Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradia do Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Cons. Mov. Populares/Mov. Def. do Favelado Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); João B. da Costa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Def. e Orientação Cons. Contribuinte de SP); Rogeivaldo Rafael Cesário (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de SP); Ana Maria Carneiro Procópio (Cons. Movimentos Populares/MAC) e Antônio Santiago Quintana (Cons. Movimentos Populares/MAC). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/ APEMEC); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Soc. Civil/APOIO); Paula Fernanda Faria Rodrigues (Conselheira Soc. Civil/CUT-SP); Cristina Boggi da Silva (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Cibeli Gama Monteverde (Cons. Soc. Civil/CREA-SP); Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Fabiana Alves Rodrigues (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Carolina Rafaela Ferreira (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Cons. Soc. Civil/SASP) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Cons. Soc. Civil/USINA). **Auentes os (as) Conselheiros (as)**: José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marlene F. da Silva Miyamoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urb. e Licenciamento); Regina Helena Nader (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urbanismo e Licencia-

mento); Alessandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Camilla Martins F. de Oliveira (Cons. Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Vladimir Ávila (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Sebastião Marques Barbosa Júnior (Cons. Poder Público/Sec. Municipal da Fazenda); Cristiane Genofre Zabatiere (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Trab. e Empr.); Carlos M. Kiyomoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Trab. e Empreendedorismo); Luís Octavio da Silva (Conselheiro Poder Público/PROCENTRO); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheira Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Fernando Azevalillo Llata (Cons. Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Cons. Poder Público/CEF); Fernando Augusto Marques Cera (Conselheiro Poder Público/CEF); Everaldo Manoel de Aguiar (Cons. Mov. Pop./Movimento Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Simone de Sousa Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de julho); José de Jesus F. Da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trabalhadores Sem Teto Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Cons. Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Maria dos Santos Almeida (Cons. Mov. Populares/Assoc. Movimento Moradia Região Sudeste); Ana Paula da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trabalhadores Sem Teto Zona Noroeste); Adriana de Freitas Siqueira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trabalhadores Sem Teto Zona Noroeste); Péricles de O. Santos (Cons. Mov. Pop./Assoc. Movimento Moradia em Defesa dos Direitos Sociais); Nestor Quintos de Oliveira (Cons. Mov. Pop./Assoc. de Moradia do Parque Otero); Jenilda Silva Araújo (Cons. Mov. Pop./ Movimento de Defesa do Favelado Região Episcopal Belém); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Mov. Pop. / Movimento pelo Direito a Moradia - MDM); Adriana da S. Oliveira (Cons. Mov. Pop./ Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo); Marisete Aparecida de Souza (Cons. Mov. Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Cons. Mov. Pop./Fórum dos Mutirões de SP); Verônica Kroll (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Rosalvo Salgueiro (Cons. Mov. Pop./Movimento Terra de Deus Terra de Todos); Vicente Leme Filho (Cons. Mov. Pop./ Movimento Terra de Deus Terra de Todos); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Soc. Civil/APEMEC); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Soc. Civil/APOIO); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Carina Mie Saito (Cons. Soc. Civil/ CTB-SP); Laisa Eleonora Marostica Stohrer (Cons. Soc. Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Reinaldo Martins Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/FAU-SP); Luciana de Oliveira Royer (Cons. Soc. Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Adelcke Rossetto Netto (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Celeste Maria Gama Melão (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Thabata Kaoru Yamauchi (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Cons. Soc. Civil/SASP); Ronaldo Cury de Capua (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Maristela Alves Lima Honda (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP) e Isadora Guerreiro (Cons. Soc. Civil/USINA). **Justificaram a ausência os (as) senhores (as)**: Alex Alves Lourenço (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Márcio Jeda Ché-de (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP), e Silvana de Jesus Alves (Cons. Movimentos Populares/IPAC). **Presentes os (as) convidados (as)**: Ana Maria Maluf Moussalli (SECMH/SEHAB); Antônio Marsura (SEHAB-G); Analice Ito do Nascimento (SEHAB-G); Patrícia Gelmetti (SEHAB-Imprensa), Fernando Figueiredo (COHAB-SP) e Olga Luísa de Quiroga (UMM – GARMIC). Outras três pessoas assinaram a lista de presença. **Pauta da Reunião**: 1) Aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação-6º Gestão realizada em 24/8/2017 (cópia em anexo). 2) Critérios para atendimento da população com deficiência, idosa, ou em situação de vulnerabilidade, aprovados no âmbito do Conselho Municipal de Habitação e os existentes em programas específicos vigentes, com diagnóstico nos empreendimentos habitacionais da SEHAB e COHAB-SP. Conselheira Cristiane Dutra Nascimento. 3) Solicitação de Voto CMH nº12/2017 - Aprovação de autorização de prorrogação do prazo das concessões feitas através de Carta de Anuência e Escritura Pública com o “encargo de fazer” pelo período de vinte e quatro meses, de maneira a dar condições às Entidades que participaram dos CHAMAMENTOS PÚBLICOS EM ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, realizados pela COHAB-SP em 2015 e 2016 e a ser em viabilizados com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida/ Entidades ou outro que vier a sucedê-lo. - Conselheira Eliete Calisto da Cruz. Deliberação: Matéria retirada da pauta dessa reunião para conclusão de análise pela COHAB-SP. 4) Solicitação de Voto CMH nº13/2017 - Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar o conflito em relação ao imóvel São João ,588- Conselheiras Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento e Eliete Calisto da Cruz. Deliberação: Matéria retirada da pauta dessa reunião para conclusão de análise pela COHAB-SP. 5) Indicação de Representantes do Poder Público, Sociedade Civil e Movimentos Populares para integrar a Comissão Eleitoral CMH da 7ª Gestão. O **Sr. Gilmar** dá início aos trabalhos; é aprovado o **Item 1** da pauta e passa-se ao **Item 2. Sra. Cristiane** - Esse item entrou na pauta a partir de demanda do Conselheiro Rosalvo, representante dos movimentos de moradia, na reunião ordinária passada, em que ele trouxe o tema para debate neste coletivo, mas não tínhamos, naquele momento, um esclarecimento dos critérios que estão vigentes hoje na legislação. Como aquele debate começou a se prolongar sem uma diretriz mais delimitada, foi deliberado que na reunião de hoje apresentásemos de forma indicativa quais são os critérios vigentes na legislação, tanto federal, quanto estadual e municipal, e como a produção habitacional da SEHAB e COHAB tem se enquadrado nesses critérios. É mais uma apresentação de caráter informativo para todos, para que esse material fique para o acervo do Conselho. Peço de antemão desculpas por não ter finalizado a apresentação a tempo para que fossem enviados os arquivos aos senhores. Mas vamos apresentar aqui e, como é de procedimento da Secretaria Executiva, vamos disponibilizar todo o material na página do Conselho Municipal de Habitação, para eventuais consultas posteriores. Esse material foi elaborado em conjunto pelo Departamento de Planejamento Habitacional com a Coordenadoria de Trabalho Social e o Departamento de Planejamento do Trabalho Social. Aqui falamos um pouco da legislação federal que dita as regras de atendimento habitacional aos idosos e pessoas com deficiência, iniciando pelo estatuto da pessoa com deficiência, que estabelece que em todos os programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência deveria ter a prerrogativa de reserva de, no mínimo, 3% das unidades produzidas destinadas a esse público. Também na sequência colocamos o Estatuto do Idoso, que versa no mesmo sentido, que estabelece que o percentual de 3% é das unidades residenciais para atendimento aos idosos. Na legisla-

ção municipal, o Plano Diretor Estratégico de 2014 traz na seção que trata da política de habitação social que o município deve adotar quota de unidades habitacionais destinadas exclusivamente ao atendimento da população de idosos e pessoas com deficiência também. Essa não foi uma novidade na legislação municipal. O Plano Diretor de 2002 também já trazia essa mesma redação, além das outras normativas dos programas que vemos na sequência. Tanto que aqui a portaria da Secretaria de Habitação, Portaria nº 331/2008, estabeleceu essa quota também a que se refere o Plano Diretor, mantendo 3% das unidades para idosos, 3% com deficiências, adaptados de acordo com a legislação vigente. Estou dando foco mais à questão da pessoa com deficiência e idosos porque essa era a demanda do conselheiro quando trazida à reunião passada, embora tenhamos ali, a Ana acompanhando na tela, a questão de vulnerabilidade e de outros critérios de priorização. Quando partimos para a definição de critérios dos programas habitacionais já mais delimitados, temos no município o Programa de Locação Social que, seguindo a Resolução nº 23/2002 deste Conselho, que se transformou depois em instrução normativa da Secretaria de Habitação, que instituiu o Programa de Locação Social, este Conselho à época também deliberou que a demanda do Conselho seria selecionada de acordo com os critérios ali votados, que era atendimento prioritário para pessoas acima de sessenta anos e pessoas portadoras de necessidades especiais, termo utilizado à época, além da questão de pessoas em situação de rua, de todos os outros critérios que este Conselho já conhece bem. Aqui apresentamos um pouco o diagnóstico dentro do Programa de Locação Social, essa prioridade, como que resultou em relação ao número de unidades. Então, pegamos todos os empreendimentos de Locação que temos ativos no município, começando pelo Parque do Gato, que mostra que quase 12% já têm atendimento de idosos. No Olarias, esse percentual para idosos é de 23%. Na Vila dos Idosos, está em 98,2%, devido a uma questão específica de uma das unidades que está, pela linha sucessória, a discussão, porque esse foi um empreendimento, até como o nome diz, formatado para atendimento exclusivo de idosos. Senador Feijó, 27,5%. Na sequência, Asdrúbal do Nascimento, 39%. E o Palacete dos Artistas, 95,6%. Esses são os empreendimentos que temos a idosos. E só fazemos a ressalva que, das 903 unidades que atendem ao Programa de Locação Social, esses dois empreendimentos foram feitos e destinados exclusivamente a essa população idosa, mostrando a aplicação da prioridade determinada por este Conselho. Quando falamos da produção de unidades habitacionais, também listamos aqui para que todos possam consultar, havendo interesse, o normativo federal, estadual e municipal vigente para produção de moradias. Hoje as principais regras aplicáveis ao município, vendo os programas federais, no âmbito do Minha Casa Minha Vida e do PAC, complementadas com os parâmetros de seleção de demanda do Governo do Estado, que também priorizaram o atendimento a pessoas com deficiência, e as regras estipuladas em âmbito do município. Com destaque aqui da Resolução nº 23 do CMH, que foi para Locação Social, e a Resolução nº 74/2015 do CMH, que também fixou os critérios municipais para priorização de demanda no Programa Minha Casa Minha Vida. Pegando a partir do regramento federal, temos a Portaria nº 412, que fala dos empreendimentos habitacionais com reserva de 3% para idosos e 3% para pessoas com deficiência. Então, não é um ou outro; são 3% para cada um desses segmentos aí colocados. Também aqui se faz uma ressalva de que nos empreendimentos destinados à demanda fechada, que são aqueles empreendimentos produzidos com recursos públicos, mas que se destinam a atender a demanda de reassentamento, aquela população que por ventura a prefeitura precisa remover para realização das obras de urbanização, ou obras de interesse público, quando o número de famílias removidas não atende o percentual de incidência de idosos, de pessoas com deficiência, esse percentual pode ser reduzido na construção de novas unidades. No entanto, vamos apresentar aqui, para frente, que não é o que vem acontecendo. Temos sempre o atendimento mínimo desse número de unidades. O Governo Federal já trouxe também, nessa primeira coluna, os critérios nacionais para priorização de famílias na seleção quando da entrega de unidades, trazendo ali, no Item C, as famílias de que façam parte pessoas com deficiência, comprovando com a apresentação de laudo médico, e colocou a prerrogativa para o município aprovar os critérios municipais que podem e devem ser conjugados a esses três federais, para estabelecimento da prioridade de quem atendemos nas unidades de Minha Casa Minha Vida, de demanda aberta. E aqui, na segunda coluna, está importando o texto do decreto, que é baseado na Resolução nº 74/2015 deste Conselho. Nesse quadro, fizemos um resgate das unidades habitacionais entregues nos últimos quinze meses, pegando o segundo semestre de 2016 mais as entregas deste ano. Aqui constam tanto empreendimentos de demanda aberta quanto de demanda fechada, produzidos pelo município diretamente com recursos próprios, com recursos de operação urbana, recursos em parceria com o Governo do Estado e também com recursos do Governo Federal. Então, nesse período, entregamos 2.145 unidades, tendo a média de atendimentos aí de 8,9% destinadas exclusivamente a famílias com pessoas com deficiência, e 12,4% atendendo idosos. E aí, como a produção normatizada do Minha Casa Minha Vida, trouxemos todos os empreendimentos entregues em demanda aberta, desde a instituição do programa em 2009. Há três ou quatro aqui que constam S/I, sem informação, porque não conseguimos nesse tempo levantar o número exato da Caixa para fazer constar aqui, mas conseguimos fazer isso para posterior disponibilização no site do Conselho. Mas aqui é interessante mostrar que todos os empreendimentos têm a data de entrega, o número de unidades total e o número de idosos atendidos ou de deficientes, mostrando que o percentual mínimo que atendemos sempre foi o de 3%. Não houve atendimento inferior a isso nos empreendimentos, mas temos uma variação aí por vezes de 19% de unidades, como é o caso do Mongaguá, que atendeu 19% das unidades voltadas a deficientes; 14%, como no caso do Caçapava. Temos o próximo slide sempre mostrando que COHAB e SEHAB estão alinhadas com a política nacional garantindo mais atendimento do que o que está previsto na própria normatização do programa. A SEHAB e a COHAB estão sempre à disposição para qualquer esclarecimento que seja necessário. **Sr. Manoel** - Acho que antes de aprovarmos uma ata temos que ver se há pessoas contrárias. Tudo bem que foi feita a pergunta. Mas, na questão da ata aprovada hoje, da última reunião, não concordo com a aprovação porque na ata há dois itens que acho que deveriam ser colocados aqui. Na folha 6, Item 5, e na folha 6, Item 25, que fala que havia questões da última reunião que seriam colocadas para discutir na reunião de hoje. E na pauta não estão esses itens. Então, essa é uma reivindicação minha. A outra coisa que queria saber também é sobre quais foram os critérios que a comissão usou para colocar os pontos de pauta nessa pauta de hoje porque encaminhei, na data certa, dia 10, que era o último dia para entregar a pauta, e não foi acrescentada na pauta de hoje. **Sr. Gilmar** - Quanto à aprovação da ata, quan-

do eu fiz a pergunta, se todos concordavam como estava a ata, na verdade, não é usual se fazer isso em um Conselho. Geralmente, já é aprovada e o Sr. Manoel teria aquele momento antes da aprovação para poder fazer essa sua colocação. Não quer dizer que a pauta que o Sr. Manoel sugeriu, que não entrou na pauta da reunião de hoje, não entrará na outra. Na verdade, temos que receptionar todas as sugestões. Temos bastantes coisas represadas e vamos colocando. Na verdade hoje queremos dar uma atenção especial também para a Comissão Eleitoral da nossa eleição do próximo ano. E por isso vamos debater um pouco a respeito. Não que a sugestão do Sr. Manoel tenha sido indeferida, de forma alguma. **Sr. Manoel** - Então, aguardo que na próxima reunião entre. **Sra. Ana Maluf** - Os itens propostos pelo Sr. Manoel para inclusão de pontos de pauta (Ofício s/nº registrado no TID sob o protocolo 17103045) estão em análise na COHAB. Uma das solicitações é o item SITUAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS MUTIRÕES DO FMH E PERSPECTIVA DE REGULARIZAÇÃO. Isso foi receptionado por nós e já encaminhamos para a COHAB tomar as providências e fazer uma apresentação aqui na plenária, de como está a situação da regularização de cada mutirão. Toda vez que existe uma reunião de um conselho novo, de uma nova gestão, é pedido um ponto de pauta como esse a que o Sr. Manoel está se referindo. O segundo item solicitado pelo Sr. Manoel é: PROCESSO DE AQUISIÇÃO E TRANSFERÊNCIA DOS IMÓVEIS DOS EDITAIS Nº 1, Nº 3, DE 2015, E O EDITAL Nº 1, DE 2016, PARA AS RESPECTIVAS ENTIDADES VENCEDORAS, BEM COMO A SUBSTITUIÇÃO DE ÁREAS INVIÁVEIS. Esse item que é a questão dos editais de chamamento das entidades realizados pela COHAB-SP, e que foi um dos temas inicialmente colocado na pauta para esta reunião e foi depois retirado da pauta. O assunto entrou, havia sido pautado, mas não foi possível trazer para esta reunião. Está em análise na COHAB também. **Sr. Gilmar** – As duas sugestões do Conselheiro Manoel foram receptionadas pela Secretaria Executiva, mas encaminhamos para a COHAB, para que ela dê seu parecer quanto aos temas (matérias), porque nossa preocupação não é só trazer a pauta para cá, sem uma solução ou encaminhamento, ou algo plausível, mas que haja uma solução ou uma visão de futuro. Gostaria de deixar isso registrado, que não houve indeferimento algum. E, se alguma pauta dos senhores e senhoras ainda não foi analisada, foi porque foi encaminhada para o departamento em questão. **Sra. Antônia** - Um dos requisitos da pauta que foi retirado é sobre o conflito fundiário da Av. São João, 588. As famílias estão lá há sete anos. Desde o primeiro momento que se ocupou esse prédio, há negociações. Já estamos na terceira gestão. Passou pelo Kassab, Haddad, agora estamos com os senhores, nessa gestão agora, e o problema não se resolve. Mas não é falta de comprometimento da associação, das famílias. Também houve interesse das três gestões. Inclusive, nessa gestão, também há interesse. Mas, tudo que foi pedido para a associação foi feito, foi decretado o DIS, entrou no chamamento, a associação ganhou o chamamento, com 23 pontos, e, por mais que tenhamos feito todo processo jurídico, não conseguimos resolver a situação. Não estou dizendo que os senhores não recebem o grupo. Inclusive, o Sr. Gilmar foi um dos primeiros a nos receber. Lembro-me a data, dia 1º de janeiro. Depois disso, temos sentado várias vezes com o Secretário Fernando Chucre e também com o Presidente da COHAB. Então, o que quero passar aos senhores é que estamos lutando por esse imóvel há sete anos. O que estamos pedindo é que aconteça realmente a desapropriação desse imóvel até porque temos o DIS. E a gestão diz que não tem verba suficiente para adquirir esse imóvel. Então, colocamos em pauta para entrar no orçamento do FUNDURB. Final de contas, há uma porcentagem destinada a conflito fundiário. E esse item foi retirado da pauta. E isso me preocupa muito porque já estamos na 8ª reintegração de posse desse imóvel. E entendemos que será um conflito enorme, famílias que moram há sete anos, as crianças estudam na escola no entorno, são atendidas na saúde no entorno, têm toda uma vida construída no entorno. E, de repente, acontecer uma reintegração de posse, dando um prejuízo enorme para essas famílias! Se fosse a questão de que nada foi feito durante todo esse período, os senhores poderiam até dizer que não sabiam desse assunto. Mas não. Nas três gestões em que essa ocupação está lá, nas três gestões que já vão para sete anos, estamos aqui, na Casa, negociando, tentando. Já trouxemos o proprietário, representante do proprietário, mas há uma dificuldade de desapropriar esse prédio e há uma dificuldade de atender essas famílias dentro desse imóvel. Na verdade, a reivindicação das famílias é elas permanecerem nesse imóvel. E elas não querem nada de graça. Elas querem pagar pelo imóvel. Elas querem pagar sua conta de água, sua conta de luz. Querem ter o seu endereço fixo. Querem elas têm, todas têm um endereço fixo, Av. São João, 588. Mas elas querem a cidadania delas adquiridas, morar com dignidade. Elas estão morando com dignidade, transformaram aquele prédio para morar. Mas acho que o que o município tem que garantir é que elas morem com dignidade, tenham endereço, que paguem suas contas. Já tentamos por várias vezes regularizar a situação da água e da luz e não conseguimos. Não é culpa delas. Elas querem pagar também por isso. Elas querem pagar o empreendimento. Elas querem dizer que moram. Elas querem resgatar a cidadania delas que há muitos anos não têm, gente! Então, acho que foi um desrespeito às duas conselheiras que assinaram esse item e esse item ter sido tirado da pauta. E aí sempre procuramos não colocar certas situações aqui porque estamos sendo recebidos pelo secretário, pelo secretário adjunto, pelo presidente, mas, na verdade, acho que é preciso que as pessoas estejam cientes do que está acontecendo, para poder nos apoiar e nos ajudar nessa questão, que é muito séria. Não estamos falando de um ano, dois anos. Estamos falando de sete anos. Sete anos as pessoas morando no imóvel, uma vida construída. Lá nasceram mais de vinte crianças. Então, peço a colaboração de todos. Peço que o Secretário Fernando Chucre, peço que o Secretário Adjunto auxilie esse grupo, e que essa pauta retorne. É importante isso. É muito importante. E a outra questão, os senhores sabem que temos a carta de anuência dos terrenos que entram no chamamento. Porém, houve toda uma problematização aí de enquadramento e outros também que não foram selecionados. E é uma preocupação de todos os movimentos e não só do nosso ou das famílias que estão aqui pedindo que os senhores revejam as coisas. É uma preocupação de todos os movimentos, que, na verdade, prorrogamos o prazo dessa carta de anuência, que seria de dois anos, e prorrogar esse prazo, para que as famílias não percam o direito de morar, para que as famílias não percam a esperança de morar. Porque as famílias já sabem que estão em determinado projeto, em determinado lugar e que ali seria o local de moradia delas. Mas, se passar mais um ano e não fizermos nada e não houver uma prorrogação para isso, as famílias correm o risco de perder o seu sonho de moradia digna, que também foi tirada da pauta essa solicitação de voto. **Sra. Fabiana** - Conversei com alguns colegas e encaminhamos alguns votos, alguns esclarecimentos. No meu caso foi um pedido de esclarecimento mais para saber em que estágio estão os empreendimentos, o